

## A CONTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS E ASSOCIAÇÕES DE MAGISTRADOS PARA A EFETIVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Leandro Aquino Meireles dos Santos<sup>1</sup>  
Dirley da Cunha Júnior<sup>2</sup>

O referido ensaio visa fazer uma explanação de como esta caminhando a Administração pública dentro do poder judiciário Brasileiro, analisando como os diversos Tribunais de Justiça dos diferentes Estados da federação estão atuando, visando analisar e demonstrar as medidas que estão sendo tomadas para que haja uma melhoria da justiça no Brasil, através das ações do CNJ e grupos de associações dos magistrados que buscam uma melhora do poder judiciário, e com isso contribuir no fortalecimento material dos princípios da Legalidade, Moralidade, Eficácia e Impessoalidade. Sabemos que o objetivo de se ter uma justiça mais democrática no Brasil não vem de agora, existiram alguns movimentos que já desejavam que a concretização dessas idéias, e que atualmente vem ganhando mais espaço pois nada mais é do que a consolidação do Estado Democrático de Direito.

**Palavras-chave:** Administração Pública, Princípios, Justiça

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito da UCSal. Autor.

<sup>2</sup> Professor pesquisador da UCSal, líder do grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa em Processo Constitucional e Direitos Fundamentais. Orientador.

## A FAMÍLIA E O DIREITO

Tiago Ferreira Santos<sup>1</sup>  
José Euclimar Xavier de Menezes<sup>2</sup>

O projeto “A Família e o Direito: uma relação evolutiva” objetiva precipuamente analisar o poder familiar, ao longo da modernidade, tomando-a como instituição normalizada pelo Direito e normalizadora do sujeito. Para consecução dos fins da pesquisa com o referencial teórico Michel Foucault, evidencia-se que os estudos da sua fase arqueológica e da genealógica são relevantes, enquanto que o período arqueogenealógico por não estar relacionado com a problemática jurídica da constituição do sujeito, mas sim com a problemática da constituição do sujeito ético, e, portanto, deve ser relativizado nesta pesquisa. Sendo assim, a revisão de literatura foi balizada nos livros *A História da loucura*, *O nascimento da clínica*, *A verdade e as formas jurídicas*, *Vigiar e punir*, *Os anormais*, *Em defesa da sociedade*, *A vontade de saber* e *Microfísica do poder*, por possuírem relevância para a abordagem a respeito da instituição familiar no conjunto da obra. Logo, o método adotado para essa pesquisa foi o bibliográfico. Tendo em vista tais limites, condições e leituras, transparece que há a possibilidade de analisar dois modelos de família referidos na obra de Michel Foucault inseridos naquilo que chamamos de modernidade. O primeiro é a família na era clássica (séculos XVII e XVIII); o segundo, a família na era moderna (séculos XIX e XX). Há escassas referências à família da renascença (XVI), impossibilitando estudos aprofundados. Portanto, o objeto de pesquisa foram as famílias clássica e moderna. As conclusões dessa pesquisa apontam que as teorias da doutrina anti-Maquível fundamentavam a prática da internação e não a doutrina do príncipe, apesar de essa práxis ter tido seu auge nos séculos XVII e XVIII, articulando família e instituições segregadoras pelo poder de polícia próprio e o recebimento de internos por *lettre-de-cachet*. Destaca-se que, de forma descontínua, essa prática marcada pelo caráter negativo de excluir já trazia em alguns momentos ideias das instituições de sequestro (escolas, hospitais terapêuticos, universidades, prisões etc.) dos séculos XIX e XX baseadas no exame e que procuram por via da constituição do sujeito, normalizá-lo, porém os mecanismos de poder da era clássica eram, de fato, a internação excludente, prática negativa do poder, e o inquérito, ou seja, a constituição da verdade por meio testemunhal.

**Palavras-chave:** Família; Direito; Filosofia; História; Poder; Foucault.

---

<sup>1</sup> Estudante de Direito da Universidade Católica do Salvador, bolsista pelo sistema de cômputo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB. Autor

<sup>2</sup> Ph.D em Filosofia/Universit  Lateranense; professor/pesquisador do Programa em Família na Sociedade Contemporânea/UCSal; líder do grupo de pesquisa Epistemologia da Subjetividade. Orientador.

## A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA (O) ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AOS DESAFIOS POSTOS PELO MERCADO DE TRABALHO, A PARTIR DE UMA LEITURA DE GÊNERO

Dilma Franclin de Jesus<sup>1</sup>  
Márcia Santana Tavares<sup>2</sup>

O presente trabalho é produto do projeto de pesquisa “Um estudo sobre a atuação da (o) assistente social no mercado de trabalho e os desafios profissionais a partir de um recorte de gênero”. Neste paper, abordamos a formação profissional da (o) assistente social frente aos desafios postos pelo mercado de trabalho, a partir de uma leitura de gênero. Pretende-se refletir sobre os elementos constitutivos da profissão, identificar sinais de mudança e/ou permanência na feminização da profissão, bem como descobrir se a problemática de gênero é trabalhada no curso e de que forma é feita a abordagem sobre a temática. Toma-se como hipótese que esses elementos constitutivos tanto contribuem para a precarização do exercício profissional das (dos) Assistentes Sociais quanto favorecem para o aumento da demanda por estes profissionais no setor público, frente ao caráter compensatório e focalizado das políticas sociais na atualidade. A pesquisa foi desenvolvida através de estudo bibliográfico, levantamento de dados realizado na Escola de Serviço Social da UCSAL e aplicação de questionários com professoras e alunas da instituição. Constatou-se que a problemática de gênero e sua interface com o Serviço Social é pouco trabalhada no curso; as (os) assistentes sociais e alunas (os) têm pouco conhecimento acerca das questões de gênero, mas precisamente sobre sua importância no processo de formação profissional e suas implicações no exercício da profissão e, portanto, não reconhecem as desigualdades de gênero como uma das expressões da questão social na atualidade.

**Palavras-chave:** Gênero; Serviço Social; Formação profissional.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Serviço Social da UCSal, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas do CNPQ e membro do Grupo de Pesquisa, Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais – GAPPS. Email: dil\_dilma@hotmail.com. Autora.

<sup>2</sup> Dra. em Ciências Sociais pela UFBA; Professora Pesquisadora do Mestrado Políticas Sociais e Cidadania da UCSal e membro do Grupo de Pesquisa, Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais – GAPPS. Email: marciatavares1@gmail.com. Orientadora.

## A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADÃOS

Nailí Conceição de Carvalho<sup>1</sup>  
Kátia Siqueira de Freitas<sup>2</sup>

Este artigo tem o objetivo de iniciar uma discussão, sem esgotá-la, sobre a política educacional de formação continuada de gestores da educação básica, propondo estabelecer o início de uma análise da experiência do PAR Formação como parte do Programa de Ações Articuladas (PAR), uma iniciativa do Ministério de Educação. O PAR Formação é um Curso de Formação Continuada de Gestores Escolares da Educação Básica, oferecido pela Universidade Federal da Bahia- UFBA- através do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público- ISP. A pesquisa “Acompanhamento e Avaliação da Política de Formação Continuada de Gestores da Educação Básica: a experiência do PAR Formação no nordeste brasileiro”, coordenado pela Dra. Kátia Siqueira de Freitas, visa acompanhar e avaliar efeitos previstos e imprevistos, resultados e impacto nos municipais selecionados. A pesquisa está em andamento. Foram aplicados questionários em Alagoas (88) e Fortaleza (50) com os cursistas, mas os dados coletados ainda não foram analisados. A relevância da pesquisa decorre da necessidade de acompanhar a evolução da implementação das políticas educacionais.

**Palavras-chave:** Formação continuada; Gestores da educação; Educação básica e cidadania.

---

<sup>1</sup> Aluna de graduação em Serviço Social da UCSAL- bolsista de Iniciação Científica do CNPq, cota UCSAL.

<sup>2</sup> Orientadora da pesquisa Dra. Kátia Siqueira de Freitas, UCSAL - Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

## A INFORMALIDADE NO MERCADO IMOBILIÁRIO EM SALVADOR

Juliana Cerqueira Carvalho<sup>1</sup>  
Nelson Baltrusis<sup>2</sup>

Este artigo procura discutir a questão da informalidade do mercado imobiliário na cidade de Salvador-BA, ao passo em que também intenta encontrar soluções e apontar diretrizes para a regularização fundiária na cidade. Para isso, será realizado um breve histórico sobre a ocupação urbana na cidade, inclusive quando se refere às moradias informais. Ademais, será traçado um perfil da população ocupante das habitações informais e demonstrada as características de tais imóveis, como, principais áreas escolhidas, estrutura sócio-demográfica, tamanho e peculiaridades, dentre outras. Por fim, serão evidenciadas as perspectivas trazidas pelo Estatuto da Cidade quanto à questão da regularização fundiária na capital baiana. Da análise das informações e dados obtidos, verifica-se a existência de inúmeras moradias marcadas pela informalidade, construídas em desacordo aos parâmetros urbanísticos estabelecidos, por meio de parcelamentos clandestinos, favelas, invasões coletivas e outras formas irregulares de ocupação do solo em Salvador. Tal constatação, por sua vez, demanda a atuação do poder público, seja criando novos parâmetros legais para a ocupação das áreas da cidade, seja formulando novas políticas e intervenções.

**Palavras-chave:** Habitação; Moradia; Informalidade.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Direito na Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Bolsista CNPQ 2009/2010.

<sup>2</sup> Professor do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSAL. Pesquisa P. D. Viabilidade e Aplicabilidade, orientador.

## A PROTEÇÃO PENAL DAS ÁGUAS E O POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Miler Reis Dantas<sup>1</sup>  
Alessandra Rapassi Mascarenhas Prado<sup>2</sup>

Antes de abordarmos a água fixamos os primeiros passos na imensa contribuição do meio ambiente, fruto de implicações decorrentes dos estudos históricos quanto ao seu reconhecimento e preservação. Mesmo depois de já entendível o real valor ambiental, pois se compreendeu o seu valioso significado para o equilíbrio do planeta, não foram reunidos tamanhos esforços que pudessem ser abraçados com geral euforia quanto à tutela do mesmo. Historicamente o meio ambiente foi objeto de inúmeras questões, mas ainda assim não foi possível estabelecer sua preservação de modo eficaz. Atualmente, a água, matéria de nosso discurso, representa ser uma das principais preocupações humanas pela sua indispensável utilidade, haja vista a importância diante da escassez iminente. Sempre tratada em prol do desenvolvimento exploratório e nunca antes da nossa atual Constituição de maneira social, em que todos pudessem ter acesso a mesma, hoje se precisa mais do que nunca conservá-la para chegarmos a tê-la ainda nos próximos tempos que se avizinham. Em face desse contexto de inadiável recorrência, infere-se então ao Direito a criação de normas que visem amenizar o quase total descaso a esse elemento. Como tal, o Direito Penal, enfoque do nosso trabalho, poderia antecipar-se frente às danosidades acometidas às águas. No entanto, seu papel está muito aquém do esperado. Poucos dispositivos penais se vislumbram de considerável marcação por realmente conter cunho repressivo e sancionatório, o que não protege, nem afasta o agressor. Nesse caso, urge a necessidade de um novo Direito que viabilize proteção às águas e não trate por solitárias vias uma questão que merece atenção especial. Dessa forma recorreremos sugestivamente ao Direito de Intervenção tal perspectiva, mesmo sabendo que este terá que atuar em conjunto com os outros ramos jurídicos bem como, conseqüentemente, alcançar ainda a difícil tarefa de mostrar-se seguro aos problemas que regem em torno não só das águas, mas diante dos entraves ao meio ambiente como um todo. Ao final dessas considerações são reconhecíveis resultados insatisfatórios e limitados quanto ao alcance do modelo penal, pois ainda não há preservação ideal designadamente em relação às águas, como também os nossos Tribunais não vêm procedendo diferentemente do que aplicar sanções penais severas aos infratores ambientais.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente; Águas; Direito Penal; Direito de Intervenção.

---

<sup>1</sup> Discente da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da FAPESB.

<sup>2</sup> Orientadora do grupo de pesquisa de Proteção Penal do Meio Ambiente e Professora Titular do Mestrado em Direito da Universidade Católica do Salvador

## A RESTRIÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS ELENCADOS NO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS

Matheus Assis Cardoso Guanabara<sup>1</sup>  
Dirley da Cunha Júnior<sup>2</sup>

Os direitos sociais surgiram na tentativa de resolver uma profunda crise de desigualdade social que se instalou no mundo no período pós-guerra. Fundados no princípio da solidariedade humana, os direitos sociais foram alcançados a categorias jurídicas concretizadoras dos postulados da justiça social, dependentes, entretanto, de execução de políticas públicas voltadas a garantir amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobres. Caracterizam-se os direitos sociais por outorgarem ao indivíduo as prestações sociais de que necessita para viver com dignidade, como saúde, educação, trabalho, assistência social, ou seja, o mínimo existencial. No ordenamento jurídico brasileiro os direitos sociais do trabalhador estão elencados no artigo 7º da Constituição Federal de 1988, todavia no parágrafo único deste mesmo artigo, o legislador enumerou taxativamente alguns direitos aos empregados domésticos, não abraçando todos os direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais, isolando tal categoria das demais existentes. Desta forma, tal norma afronta diretamente o princípio da isonomia, guia do ordenamento jurídico brasileiro, pois cometeu o pecado da particularização, tendo como critério distintivo o fato de que os serviços prestados têm por destinatária atividade econômica não lucrativa. Para alguns doutrinadores o parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal vem garantir os direitos aos empregados domésticos, em decorrência do fator histórico e da finalidade dos serviços prestados por estes, todavia conclui-se com a pesquisa que tal norma por um lado assegura dez direitos básicos, mas por outro restringe vinte e quatro direitos elencados em tal artigo, deixando totalmente vulnerável a proteção ao trabalhador doméstico, a garantia do emprego e as questões sociais desta categoria. Por fim, frente a todo estudo realizado acerca da questão em tela, conclui-se que o parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 não observou o princípio da igualdade, este sendo tratado como cláusula pétrea, pois restringiu aos empregados domésticos diversos direitos elencados, sendo considerados como essencial a todo trabalhador urbano e rural e isto indubitavelmente gera uma desarmonia no sistema jurídico brasileiro.

**Palavras-chave:** Princípio da Igualdade; Restrição; Empregados Domésticos.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, aluno-pesquisador, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

<sup>2</sup> Professor (concursado) de Direito Constitucional da Universidade Católica do Salvador, Orientador do Núcleo de Pesquisa em Processo Constitucional e Direitos Fundamentais.

## A VIABILIDADE DE EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS ACOMPANHADOS PELA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UCSAL

Carine Lima da Fonseca<sup>1</sup>  
Gabriel Kraychete<sup>2</sup>

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as condições necessárias à viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários. Para tanto, tomou-se por referência o trabalho realizado pelo grupo “Quingomeiras”, assessorado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UCSal. A principal atividade das *Quingomeiras* é a produção de beiju. O grupo, atualmente, é formado por 05 mulheres, residentes no bairro de Quingoma de Fora, localizado no município de Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador. Quingoma de Fora carece de infra-estrutura e de serviços sociais básicos (saneamento, transporte, serviços de educação e saúde) A população local é eminentemente negra e excluída de condições essenciais à valorização pessoal e profissional, como a educação, trabalho regular e boas condições de moradia. Os jovens vivem em situação de risco social, em função do alto índice de desemprego e de violência. A desocupação e a falta de perspectivas são visíveis, ao lado do alcoolismo, do tráfico e do consumo de drogas. Para a realização desta pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos: i) levantamento de informações básicas sobre o contexto social em que o grupo se situa; ii) leitura de bibliografia específica sobre os empreendimentos da economia solidária; iii) realização do estudo de viabilidade da atividade realizada pelas Quingomeiras, através de encontros regulares com o grupo; e iv) registro destes encontros em fichas especialmente preparadas pela ITCP UCSAL para monitoramento e sistematização das atividades realizadas. Os resultados parciais da pesquisa indicam que, internamente, as Quingomeiras enfrentam dificuldades para “tocar” o seu próprio negócio e não possuem os conhecimentos adequados à viabilidade econômica e associativa do empreendimento que realizam. Do ponto de vista externo, a realidade da comunidade pontencializa as dificuldades e as tensões internas ao grupo, dificultando uma gestão eficaz do empreendimento. Por se tratar de um grupo que ainda se encontra em processo de formação, observa-se uma ânsia das componentes em iniciar a produção. Esta situação cria uma motivação e, ao mesmo tempo, uma pressão sobre o processo produtivo. A dificuldade maior para a viabilidade do empreendimento, entretanto, não reside nos aspectos estritamente econômicos, mas nas relações entre as pessoas para tocar e gerir a atividade. As integrantes do grupo exerciam atividades por conta própria, no que se pode denominar de trabalho informal. Não possuem uma experiência anterior em trabalho associativo. As relações de amizade, parentesco e vizinhança e de credo religioso repercutem no processo de constituição do grupo, acentuando tensões que interferem nas condições de viabilidade do empreendimento. Ou seja, a viabilidade do empreendimento não depende apenas de fatores econômicos, mas das condições culturais que influem na capacidade do grupo se manter unido. Os resultados até aqui obtidos por esta pesquisa permitem concluir que, para além dos aspectos econômicos, as condições de viabilidade de um empreendimento associativo envolvem um tratamento adequado das situações geradoras de tensões e conflitos internos ao grupo. Sendo os objetivos obtidos plenamente.

**Palavras-chave:** Economia solidária; Viabilidade econômica; Gestão; Conflitos internos .

<sup>1</sup> Estudante de Serviço Social da UCSal, Bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB

<sup>2</sup> Professor Titular da UCSAL, Coordenador do programa de pesquisa e extensão Economia dos setores populares e da ITCP/UCSal

## ANÁLISE COMPARATIVA DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DAS CASCAS DE *Caesalpinia pyramidalis* Tul e *Myracrodruon urundeuva* Fr. All.

Daiana Santos de Oliveira<sup>1</sup>  
Dr. Juan Carlos Rossi Alva<sup>2</sup>

As plantas utilizadas na medicina popular para fins terapêuticos tem sido objeto de imensa investigação científica para novos fármacos anti-inflamatórios, antimicrobianos, antitumorais, entre outros. Em busca de soluções para combater as bactérias, o presente trabalho buscou a confirmação científica para o uso popular de *Myracrodruon urundeuva* Fr. All. (aroeira preta) e *Caesalpinia pyramidalis* Tul. (catingueira). Para isto foram avaliadas as atividades antimicrobianas dos extratos hidroalcoólicos brutos das cascas destas plantas, através dos métodos de difusão em disco e a microdiluição em caldo para determinação da concentração inibitória mínima (MIC) de 07 cepas padrões recomendadas pela NCCLS. Segundo Aligianis e colaboradores (2001) que elaboraram uma classificação para materiais vegetais com base nos resultados de CIM, considera como: forte inibição – CIM até 500 µg/mL; inibição moderada – CIM entre 600 e 1500 µg/mL e como fraca inibição - CIM acima de 1600 µg/mL. No extrato de *M. urundeuva* Fr. All. o potencial foi satisfatório, considerado forte, para as cepas *K. pneumoniae* ATCC 7060, e *M. Luteus* ATCC 9431, moderada para *S. Aureus* isolado de Amostra Clínica (SAIACLIN) e *S. Aureus* ATCC 6835. Enquanto o extrato de *C. pyramidalis* Tul., a sua capacidade de inibição do crescimento bacteriano encontra-se moderada nas cepas: *Salmonella cholerae-suis* ATCC 10708 e *Klebsiella pneumoniae* ATCC 70603, apresentando fraca capacidade de inibição frente às cepas *Staphylococcus aureus* ATCC 6538 e *Staphylococcus aureus* Isolado de Amostra Clínica (SAIACLIN). Os resultados mostraram que a atividade antimicrobiana do extrato hidroalcoólico da casca de *M. urundeuva* Fr. All. apresentou resultados satisfatórios diante das cepas analisadas, enquanto que o extrato hidroalcoólico da casca de *C. pyramidalis* Tul. apresentou uma atividade bacteriana fraca. Sugere-se, portanto, mais estudos relacionados a metabólitos secundários, nas duas plantas estudadas.

**Palavras-chave:** Atividade antimicrobiana; Catingueira; Aroeira-preta.

<sup>1</sup> Graduanda - Universidade Católica do Salvador /UCSAL - Ciências Biológicas – Bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

<sup>2</sup> Doutor em Bioquímica/UFRJ – Professor adjunto do Instituto de Biologia e do Mestrado em Planejamento Ambiental/UCSAL.

## AS POLÍTICAS DE GÊNERO NA BAHIA: UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES DE CONSELHEIROS E GESTORES

Daniela Brito Chaves<sup>1</sup>  
Márcia Santana Tavares<sup>2</sup>

Este trabalho aborda as percepções elaboradas por funcionários, conselheiros do Conselho Municipal da Mulher e do Conselho Estadual de Defesa de Direitos da Mulher e gestores sobre os avanços e dificuldades para a implementação de políticas de gênero no estado da Bahia, a partir de 2003. Busca-se registrar e analisar o que pensam sobre as políticas de gênero na Bahia, mas também saber como avaliam o papel do Conselho no tocante à formulação e execução de políticas de caráter afirmativo e emancipatório. A pesquisa foi realizada por meio de levantamento de documentos referentes à política desenvolvida no Estado, bem como entrevistas semi-estruturadas, realizadas com funcionários, conselheiros e gestores públicos. Constatou-se que elaboram suas percepções com base no senso comum, o que indica pouco conhecimento acerca das questões de gênero, o que se reflete na sua atuação e compromete a efetiva implementação de políticas de gênero na Bahia.

**Palavras-chave:** Políticas Sociais; Gênero; Conselheiros; Gestores.

---

<sup>1</sup> Aluna do 8º período do Curso de Serviço Social da UCSal, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB e membro do Grupo de Pesquisa, Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais – GAPPS. Email: dannybrito\_16@hotmail.com. Autora.

<sup>2</sup> Dra. em Ciências Sociais pela UFBA; Professora Pesquisadora do Mestrado Políticas Sociais e Cidadania da UCSal e membro do Grupo de Pesquisa, Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais – GAPPS. Email: marciatavares1@gmail.com. Orientadora.

## AS REPERCUSSÕES FUNDIÁRIAS NO MERCADO IMOBILIÁRIO INFORMAL DO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO

Ticiane Cardoso Souza de Jesus<sup>1</sup>  
Nelson Baltrusis<sup>2</sup>

O artigo tem por objeto o levantamento detalhado das questões que envolvem a legislação brasileira no que toca a propriedade fundiária no âmbito da cidade de Salvador, mais especificamente no bairro do Engenho Velho da Federação. Objetiva-se realizar uma análise, fazendo um apanhado das normas jurídicas, que versam sobre o tema. Será também objeto de estudo a legislação que hodiernamente disciplina tal matéria, enfatizando as contribuições trazidas pelos diplomas legais anteriores. Tal estudo será respaldado por dados históricos que auxiliam na compreensão dos institutos legais e revelam que todos os acontecimentos no mundo jurídico têm como propulsoras circunstâncias do mundo fático. O ponto de partida do artigo será a análise de como se desenvolveu a questão fundiária na cidade de Salvador e conseqüentemente no bairro do Engenho Velho da Federação. Posteriormente analisar-se-á as repercussões que esta forma de desenvolvimento, mais precisamente a forma de ocupação territorial gerou para a comunidade. A conclusão deste artigo é salientar que grandes conflitos existem por conseqüência da má distribuição de terras, gerando crescimento sem planejamento e informalidade. Dessa forma, restará perceptível que por conta da mentalidade patrimonialista que foi adotada durante toda a história o presente objeto de estudo, o bairro do Engenho Velho da Federação, obteve como herança todos os problemas gerados por esta cultura.

**Palavras-chave:** Propriedade; Informalidade; Engenho Velho da Federação.

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador – UCSal. Bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo do Estado da Bahia - FAPESB 2009/2010.

<sup>2</sup> Professor do mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal. Pesquisa Comercialização de Imóveis no Mercado Secundário.

## ASSISTÊNCIA À CRIANÇA ABANDONADA EM SALVADOR OITOCENTISTA (1871-1888)

Gabriela de Souza Urpia<sup>1</sup>  
Maria José de Souza Andrade<sup>2</sup>

A pesquisa pretendia investigar a assistência prestada às crianças abandonadas em Salvador no período de 1871 a 1888, com a intenção de identificar as instituições que prestavam esta assistência e o modo de vida que estas crianças levavam enquanto abrigadas; verificar a possibilidade de identificação dos pais que as abandonavam e as razões que os levavam a tal atitude. Para desenvolvimento da pesquisa foi feito primeiramente um levantamento bibliográfico e a escolha de algumas instituições para busca de fontes primárias. No Arquivo Público da Bahia, foram pesquisados os documentos do *Maço 2678, Cx. 861, Presidência da Província, Judiciário, Juízes, Vara de Órfãos, 1873-1889; Seção de Arquivo Colonial e Provincial*. Este maço foi analisado na esperança de encontrarmos documentos que se referissem a processos de tutela de orfãos, contanto, as expectativas não foram atendidas. Na mesma instituição trabalhamos com os cadernos de falas/relatórios de presidentes da província da Bahia – trabalhamos sobre os mesmos cadernos no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, já que tanto em uma instituição quanto em outra as coleções não estão completas. Foi possível encontrar os cadernos de todo o período delimitado à pesquisa (1871-1888). Com estes documentos atingimos parte do nosso objetivo, com exceção dos cadernos de 1878 (referente ao ano de 1877) e 1888 (referente ao ano de 1887) que não apresentaram informações relevantes. Pudemos identificar as instituições que prestavam assistência às crianças abandonadas; as principais dificuldades enfrentadas por estas, as que eram consideradas as mais relevantes, a educação passada às crianças abrigadas, o número de crianças atendidas e a quantidade por sexo, e saber em parte o encaminhamento dado (por exemplo: se saiu para casar ou para trabalhar em determinada atividade) das crianças após o desligamento com a instituição que a acolheu. Quanto aos pais: a partir das fontes trabalhadas, identificamos a orfandade de alguns pequenos em decorrência da morte dos pais na Guerra do Paraguai, e que outras eram resgatadas pelos progenitores que conseguiam demonstrar à instituição que tinham condições moraes e financeiras de criá-las. Somando-se fonte primária a fonte bibliográfica, podemos concluir que o abandono de uma parcela se devia à extrema pobreza dos progenitores que identificavam o acolhimento dos seus filhos como garantia de melhor zelo e futuro destes, configurando-se em alguns casos (uma minoria, é fato) num abandono temporário.

**Palavras-chave:** Crianças; Abandono; Assistência.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História com habilitação em Patrimônio Cultural, bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Católica do Salvador – UCSal.

<sup>2</sup> A orientadora é Mestre pela Universidade Federal da Bahia e Professora assistente da Universidade Católica do Salvador.

## ATIVIDADE FUMAGEIRA NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS – BA E ARREDORES

Anderson dos Santos Rodrigues<sup>1</sup>  
Barbara-Christine Nentwig Silva<sup>2</sup>

O presente estudo apresenta uma análise da atividade fumageira no município de Cruz das Almas (BA) e arredores, buscando inter-relacionar diferentes escalas no âmbito nacional, regional e estadual, baseando-se na área cultivada, quantidade produzida e valor de produção. Foram feitos levantamentos e análises de dados estatísticos das áreas territoriais do Brasil, que possuem cultivo da lavoura temporária de fumo em folha, com dados extraídos do banco de dados do *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 1990 a 2007. Posteriormente, foi inclusa na análise o ano de 2008 para o Recôncavo baiano e municípios limítrofes. Este último ano não foi incluído no levantamento para o Brasil, porque sua publicação foi feita posteriormente à coleta de dados no *site*. Sendo assim, tornou-se indispensável o acréscimo deste ano para uma melhor percepção da atual dinâmica agrícola no município em estudo e região. Através destes levantamentos, foi possível identificar e analisar áreas com significativa participação na atividade fumageira. Para isso, foram elaborados com estes dados, mapas temáticos, gráficos e tabelas com o objetivo de espacializar as áreas de cultivo de fumo e visualizar as oscilações da produção no decorrer do período em estudo dos respectivos territórios brasileiro, regional e estadual, focalizando os municípios onde estão contidas áreas concentradas e representativas no âmbito desta atividade, priorizando o município de Cruz das Almas – BA e arredores. O estudo destaca, que dos 5.564 municípios brasileiros, apenas 502 municípios cultivam fumo. Entretanto, a partir dos critérios estabelecidos, somente 404 municípios alcançaram uma média aritmética de 100 ha de área cultivada de fumo em folha no período de 1990 a 2007. Assim, após os levantamentos e análises de mapas temáticos e gráficos construídos, o estudo mostra que existem áreas com maior concentração de área cultivada de fumo e regularidade na produção e outras com irregularidade na área cultivada de fumo e produção. O Recôncavo baiano e arredores têm cultura estruturada e implantada com suas técnicas desde o período colonial, o que facilita de certa forma seu cultivo até então com grande representatividade econômica e social na região. Assim, com o desenvolvimento do estudo, foi possível responder importantes questões anteriormente levantadas, obtendo objetivas respostas ao decorrer da pesquisa, principalmente ao objeto central da pesquisa, o município Cruz das Almas, identificando suas mudanças, permanências e possíveis tendências perante a cultura do fumo em seu território.

**Palavras-chave:** Atividade fumageira; Área cultivada; Produção; Recôncavo baiano; Cruz das Almas.

---

<sup>1</sup> Graduando do Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UCSal/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Orientadora da pesquisa.

## ATIVIDADES LÚDICAS EM PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL- EXPERIÊNCIA NA ESCOLA NOVA

Rebeca Almeida Marques<sup>1</sup>  
Anderson Abbehusen Freire de Carvalho<sup>2</sup>

A educação ambiental é um processo educativo informal que pode ser adaptado a diversos métodos pedagógicos como uma ferramenta capaz de promover o desenvolvimento de uma sociedade ecologicamente sustentável. Neste sentido, o presente trabalho objetivou aplicar e investigar as atividades lúdicas como recurso adicional no processo de ensino-aprendizagem, permeando os objetivos da Educação Ambiental, junto à metodologia da Escola Nova. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a metodologia inovadora da Escola Nova e selecionado um centro de ensino, tendo em vista o interesse no projeto. A turma que participou do estudo é do 2º ano do ensino fundamental I (com idade entre 7 e 8 anos). Inicialmente foram elaboradas e aplicadas atividades lúdicas associadas aos temas curriculares já abordados na instituição. Optou-se pela utilização de kits ambientais - do Centro de Ecologia e Conservação Animal- ECOA; aplicação de jogos; produção de desenhos, cartazes e pinturas; utilização de músicas; plantio de feijão; demonstração de exemplares de animais vivos; visita ao ECOA e apresentação de vídeos educacionais. Como meios de avaliação do projeto, foram utilizados questionários estruturados, análise das atividades avaliativas realizadas pela escola e produção de um manual didático complementar para ser utilizados pelos professores. Foram coletadas opiniões de 19 crianças, da professora, da pedagoga e de duas mães de estudantes através da aplicação dos questionários. As atividades realizadas que obtiveram as maiores apreciações foram a Visita ao ECOA, o Jogo da Caça ao Tesouro, a produção de cartaz e a utilização de animais vivos. Observou-se que, através das atividades lúdicas, os alunos podem construir mais facilmente habilidades que os tornem sensíveis as questões ambientais atuais, contribuindo de forma positiva na formação de uma identidade naturalmente comprometida com a construção de uma sociedade mais equilibrada. Sendo assim, o emprego de projetos que auxiliem professores a utilizarem atividades práticas, enfocando a educação ambiental, demonstrou ser de extrema importância, pois estimula estudantes a se envolverem com as questões ambientais de forma agradável, espontânea e intensa.

**Palavras-chave:** Atividades práticas; Educação; Ludicidade.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Biológicas/ Instituto de Ciências Biológicas/ Universidade Católica do Salvador e Bolsista de iniciação científica do Centro de Ecologia e Conservação Ambiental-ECOA/ICB/UCSAL/FAPESB.

<sup>2</sup> Mestre em Ecologia e Biomonitoramento /Instituto de Biologia/Universidade Federal da Bahia e Especialista em Educação Ambiental/Universidade Católica do Salvador. Coordenador do Centro de Ecologia e Conservação Animal – ECOA / ICB / UCSAL.

## AVALIAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE METAIS PESADOS NA VEGETAÇÃO EM AMBIENTES ESTUARINOS NO MUNICÍPIO DE CAIRU - BA

Narah Pinheiro Cabral Santos<sup>1</sup>  
Juan Carlos Rossi Alva<sup>2</sup>

A Zona Costeira apresenta grande riqueza de ambientes e sistemas complexos e dinâmicos. Dentre os quais, têm-se as praias, restingas, estuários, recifes de corais, costões rochosos, e manguezal. Esses recursos naturais têm servido de atrativo para uma ocupação desordenada nestas áreas, principalmente indústrias e estruturas turísticas. A presença de elementos potencialmente contaminantes é responsável por efeitos adversos sobre o ambiente, com repercussão na economia e na saúde pública. Este trabalho teve como objetivo a avaliação da concentração de metais pesados na vegetação nos manguezais da Ilha de Tinharé, Município de Cairu – BA. A área de amostragem foi dividida em quatro estações de acordo com a presença de manguezais. Para a avaliação dos metais, foi realizada uma análise morfológica das folhas de *Avicennia schaueriana* Stapf & Leechman, *Rizophora mangle* L. e *Laguncularia racemosa* (L.) C. F. Gaertn, as três principais espécies de mangue da região, observando como pontos principais, a presença de clorose, galha, limbo revoluto, manchas, perfuração e necrose e a análise biométrica com o auxílio de um paquímetro manual avaliando largura e comprimento. As amostras de folhas foram levadas ao Laboratório de Estudos em Meio Ambiente, onde foram tratadas de forma adequada para a quantificação dos metais pesados Cu, Cd, Pb e Zn através do método de leitura por absorção atômica de chama. Os resultados mostraram a massiva presença de deformações nas folhas de *Avicennia schaueriana* Stapf & Leechman, *Rizophora mangle* L. e *Laguncularia racemosa* (L.) C. F. Gaertn. As análises de metais mostraram que em *Avicennia schaueriana* Stapf & Leechman, *Rizophora mangle* L. e *Laguncularia racemosa* (L.) Gaertn. F foi detectado um alto teor de Pb nas estações 2, 3 e 4 com valores entre 30 – 300  $\mu\text{g.g}^{-1}$  concentrações considerados tóxicos por ROSS, 1994 que considera valores normais na concentração entre 1,0-10  $\mu\text{g.g}^{-1}$ . O Cu apresentou nas três espécies valores considerados tóxicos, entre 20-100  $\mu\text{g.g}^{-1}$ , apenas na estação 2. O Cd e o Zn não apresentaram nas estações amostradas, valores acima da média que é entre 0,02-0,8  $\mu\text{g.g}^{-1}$  e 8-400  $\mu\text{g.g}^{-1}$  respectivamente. Os resultados mostraram também que a estação que sofre maior impacto por esses metais é a estação 2, corroborando com as características do local onde foi encontrado grande quantidade de resíduos. Diante dos resultados obtidos, pode se concluir que os impactos gerados principalmente pela atividade petrolífera na região da ilha de Tinharé - BA estão afetando o desenvolvimento dos manguezais.

**Palavras-chave:** Metais pesados; Mangues; Impactos Ambientais.

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas do CNPq.

<sup>2</sup> Professor do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal - Orientador

## COBERTURA VACINAL CONTRA HEPATITE B EM MENORES DE 01 ANO ALAGOINHAS-BA 1998 - 2008

Letícia Bião Santos<sup>1</sup>  
Joana Angélica Oliveira Molesini<sup>2</sup>

A Hepatite B é uma das principais doenças infecciosas da humanidade que pode ser prevenida através da imunização. A identificação dos fatores responsáveis pelo retardo ou pela falta de imunizações é essencial para o adequado monitoramento do programa de vacinação, para identificar a cobertura vacinal, bem como localizar as crianças ainda não vacinadas. A partir do tema cobertura vacinal, fez-se um estudo com objetivo de avaliar a série histórica da cobertura vacinal de hepatite B em menores de 01 ano no município de Alagoinhas no período de 1998 a 2008. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e retrospectivo com abordagem quantitativa utilizando dados secundários retirados dos bancos de dados nacionais. Após a identificação da cobertura vacinal contra hepatite B do município, da microrregião, da macrorregião e da Bahia em cada ano do estudo foi feita a comparação com o percentual mínimo de cobertura para quebra da cadeia epidemiológica para transmissão desta doença. Verificou-se que nos dez anos estudados o município e a microrregião atingiram o preconizado pelo Ministério da Saúde no ano de 2003 (98,46% e 95,26%), enquanto a macrorregião e o estado da Bahia não conseguiram atingir em nenhum dos anos. Assim há uma necessidade de um maior empenho na implementação de estratégias por parte das autoridades e dos profissionais de saúde do município para eliminar os susceptíveis nesta faixa etária e dessa maneira garantir a erradicação da doença.

**Palavras-chave:** Cobertura vacinal; Hepatite b; Susceptíveis.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica da UCSal;  
<sup>2</sup> Professor Assistente da Universidade Católica do Salvador e Membro de corpo editorial da Revista Baiana de Saúde Pública.

## CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS DAS LEGISLAÇÕES TRIBUTÁRIAS DE MUNICÍPIOS BAIANOS

Jean dos Santos de Jesus<sup>1</sup>  
André Portella<sup>2</sup>

O projeto proposto trata-se da criação do banco de dados das legislações tributárias dos municípios da Bahia. A idéia central é facilitar o acesso do cidadão a consultar suas pendências, fazer cadastramento sem precisar ir ao órgão competente, atualizar seus dados e até mesmo supervisionar para onde estão sendo canalizados os recursos públicos. Este trabalho é desenvolvido em equipe. Iniciamos com o levantamento de dados existentes, para então fazermos a junção de todos os dados que foram coletados. Então, estamos trabalhando com a criação de layouts e links para a criação do site. Quando concluirmos este trabalho, iremos dar comodidade e facilidade aos cidadãos. Pois queremos proporcionar a todos, o acesso as informações que ainda é muito remota. Com o projeto concluído, tem que capacitar pessoas para o uso de todos os serviços que o site vai oferecer: para isso os municípios participantes têm que colaborar com o acesso e disponibilizarem pontos de acesso a internet para as pessoas. Ao entrarem nos serviços disponibilizados, o usuário poderá imprimir boleto, checar vencimentos de tributos, atualizarem dados e até mesmo através de links criados entrarem em outros serviços de ordem pública.

**Palavras-chave:** Banco de dados; Legislação tributária; Municípios baianos.

---

<sup>1</sup> Autor. Graduando do Curso de Informática da UCSal, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

<sup>2</sup> Orientador. Professor Adjunto de Mestrado e Graduação em Direito da Universidade Católica do Salvador; Pesquisador e Consultor do CNPQ e da FAPESB; Coordenador do NEF – Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas. [aalvesportella@pq.cnpq.br](mailto:aalvesportella@pq.cnpq.br)

## CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA E ABUSO SEXUAL: UM LEVANTAMENTO QUINQUENAL

Karla Dias<sup>1</sup>  
Luiz Paulo Bastos da Silva<sup>2</sup>  
Isabel Maria Sampaio de Oliveira Lima<sup>3</sup>

Em que pese o farto arcabouço normativo pátrio, a recorrente existência de registros de abuso sexual contra a Criança com Deficiência (CcD) denota a ausência de princípios éticos pautados na dignidade humana na perspectiva da proteção integral deste segmento. A CcD encontra limitações sociais, tendo em vista as circunstâncias que decorrem da própria deficiência e, principalmente, pela inaptidão social em lidar com este grupo. Estudos sinalizam que os entraves sociais são majorados pela natural dependência tutelar, o que decorre da circunstância etária, e pela condição peculiar de pessoa em desenvolvimento inserida em uma sociedade arraigada em preconceitos. A deficiência, por vezes, reduz a capacidade de defesa e/ou comunicação da criança, tornando-a mais vulnerável à vitimização do abuso sexual. Identificar a produção acadêmica brasileira *stricto sensu* entre os anos de 2004 e 2008 sobre Criança com Deficiência e abuso sexual. A metodologia possui natureza qualitativa, sendo desenvolvida por meio de revisão de literatura e levantamento de dissertações de mestrado e teses de doutorado brasileiras, defendidas no período que compreende os anos de 2004 e 2008. O levantamento foi realizado através do Banco de Teses da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, utilizando-se como descritor a expressão “Criança com Deficiência e Abuso Sexual”. Foram identificadas 03 (três) dissertações de mestrado – 02 (duas) no ano de 2007 e 01 (uma) no ano de 2006 – e nenhuma tese de doutorado. Dentre os trabalhos localizados, nenhum trata especificamente do tema “Criança com deficiência e abuso sexual”. Constatou-se expressiva lacuna na produção acadêmica brasileira *stricto sensu* acerca do tema “Criança com Deficiência e abuso sexual” entre os anos de 2004 e 2008. O resultado encontrado é tímido ante a dimensão social do assunto, atribuindo ao tema a qualidade de relevante campo de estudo, o que, de *per si*, constitui justificativa para a elaboração de novos trabalhos.

**Palavras-chave:** Criança com deficiência; Abuso sexual; Proteção integral; Dignidade da pessoa humana.

---

<sup>1</sup> Aluna do 2º semestre do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Autora. E-mail: dias.karla@gmail.com.

<sup>2</sup> Advogado. Egresso da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Membro voluntário do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. Co-orientador. E-mail: luizpaulo@ecbahia.com.br.

<sup>3</sup> Doutora em Saúde Pública (ISC-UFBA), Professora do Programa Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. Orientadora. E-mail: isabelmsol@gmail.com.

## CRIANÇA, DEFICIÊNCIA E O PAPEL DA FAMÍLIA: A PRODUÇÃO *Stricto Sensu* EM DIREITO

Cléssio Silva Peixoto<sup>1</sup>  
Thiago Marques Leão<sup>2</sup>  
Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima<sup>3</sup>

O conceito de “deficiência” corresponde a um conceito histórico-cultural elaborado pela sociedade de cada época. Em se tratando de criança com deficiência, nota-se uma peculiar atenção das instituições sociais em relação às ações direcionadas a esta parte da população, devido a sua condição especial e à sua vulnerabilidade. A importância da família no processo de construção da autonomia e respeito às diferenças individuais compreende essencial atuação na superação das dificuldades apresentadas e na inclusão deste grupo na sociedade. Desta forma a efetivação dos direitos inerentes à criança com deficiência, perpassa pelo diálogo entre o Direito e as outras áreas do conhecimento, com o intuito de fomentar as ações necessárias para sua concretização. Assim, devido à grande importância do tema pesquisado, procurou-se identificar a produção acadêmica *Stricto Sensu* no Brasil, publicadas no Banco de Teses da CAPES, no período de 2004 a 2008. Observou-se que “criança e deficiência” é objeto de estudo nas mais variadas áreas do conhecimento, sobretudo na área de saúde. Apesar da importância que tem este tema para o curso de Direito, observou-se uma baixa produtividade de teses de doutorado e dissertações de mestrado neste campo do conhecimento. Conclui-se, deste modo, sobre a necessidade de pesquisa jurídica sobre o referido tema, pois se trata de um objeto de estudo que envolve direitos sociais, direitos humanos e direito a saúde, e que por conseguinte tem grande repercussão na dignidade das crianças e nas suas respectivas famílias.

**Palavras-chave:** Deficiência; Direito da Criança; Direitos Humanos; Família.

---

<sup>1</sup>Graduando em Direito UCSAL, 5º semestre. Voluntário no Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (UCSAL-CNPQ). E-mail: [peixoto41@hotmail.com](mailto:peixoto41@hotmail.com)-autor.

<sup>2</sup>Graduando em Direito UCSAL, 10º semestre. Voluntário no Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (UCSAL-CNPQ). E-mail: [thiago\\_marques.9@hotmail.com](mailto:thiago_marques.9@hotmail.com)

<sup>3</sup>Professora Orientadora da Universidade Católica do Salvador, Juíza de Direito, Doutora em Saúde Pública (ISC-UFBA), Coordenadora do Grupo Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPQ). Email: [isabelmsol@gmail.com](mailto:isabelmsol@gmail.com) – Orientadora.

## DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E PODER LOCAL: O CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SALVADOR

Rafael Salustiano de Oliveira Sobrinho<sup>1</sup>  
Denise Vitale<sup>2</sup>

Esta pesquisa tem como objeto o processo de democratização das instâncias de deliberação em nível local, tendo em vista o desenvolvimento e a consolidação dos instrumentos institucionais de democracia participativa associados aos direitos sociais, particularmente os Conselhos Gestores de Políticas Públicas. A pesquisa se volta, mais precisamente, para a análise do processo participativo e de co-gestão no município de Salvador no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social. A Constituição Federal de 1988 afirma, ineditamente na história brasileira, a democracia semidireta ou participativa como um dos princípios fundamentais da República. O modelo democrático brasileiro passa a combinar formas representativas com a participação direta dos cidadãos, seja no âmbito legislativo (plebiscitos, referendos e iniciativas populares de lei), seja no executivo (conselhos gestores de políticas pública e orçamentos participativos). Contudo, os estudos sobre conselhos têm mostrado que, apesar de previstos na legislação, eles enfrentam diversos desafios para garantir a qualidade da democracia. Aspectos como a paridade adequada da posição de seus membros e o exercício efetivo do poder deliberativo das decisões são questões muitas vezes ainda pendentes. Em relação aos objetivos, mais do que formular políticas públicas, os conselhos têm se dedicado ao controle da prestação de contas e da qualidade dos serviços públicos, agindo mais como órgãos de fiscalização que de proposição de políticas.<sup>3</sup> Esta pesquisa pretende contribuir para uma visão crítica da qualidade do Conselho Municipal de Assistência Social de Salvador, buscando analisar em que medida a sociedade civil tem efetivamente influenciado a formulação e a fiscalização das políticas públicas.

**Palavras-chave:** Democracia participativa; Conselhos gestores.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito da UCSal, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

<sup>2</sup> Professora pesquisadora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal.

<sup>3</sup> GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sóciopolítica*, São Paulo: Cortez, 2003, p. 91-92 e TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*, São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 92-94.

## DIREITOS HUMANOS, FAMÍLIA E ESTADO VEGETATIVO PERSISTENTE

Sylvia Maria Freitas Prates<sup>1</sup>  
Caroline Silva Bezerra de Deus Senna<sup>2</sup>  
Isabel Maria Sampaio de Oliveira Lima<sup>3</sup>  
Ana Karina Menezes Lima<sup>4</sup>

A Constituição Brasileira de 1988 prevê a inviolabilidade do direito à vida e, não sem sentido, elenca no rol dos direitos e garantias fundamentais, sendo a vida o bem maior, do qual decorrem outras tantas garantias constitucionais. A problemática do trabalho se constitui no cenário do direito à vida e à dignidade das pessoas que sofreram lesão cerebral grave e se encontram em Estado Vegetativo Persistente (EVP), estado da pessoa em coma profundo, também denominado de coma vigil, onde a pessoa alterna o seu estado entre o sono e a vigília, esta, porém, não significa estado de consciência. Considerando todas as mudanças na vida do indivíduo que apresenta um quadro de EVP, a família assume relevante papel social pelas alterações na sua dinâmica de funcionamento, requerendo novas demandas e cuidados especializados. Este artigo tem por objetivo identificar a produção acadêmica strictu sensu publicada no Brasil no decênio de 1999 a 2009 sobre a pessoa em estado vegetativo persistente (EVP), na perspectiva dos Direitos Humanos e da Família. Investigação de natureza qualitativa com metodologia quanti-qualitativa, agrupando os dados a partir da geografia da produção e da área de conhecimento. Identificou-se que a produção acadêmica não acompanha a mecânica multidisciplinar no cuidado das pessoas em EVP, sobressaindo trabalhos isolados que não articula o tema com questões familiares que buscam o respeito à dignidade da pessoa em estado vegetativo persistente, considerando, sobretudo, a sua condição de vulnerabilidade.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Família; Estado Vegetativo Persistente.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador no terceiro semestre, e-mail [sylvialiceu@hotmail.com](mailto:sylvialiceu@hotmail.com), voluntária do Programa de Iniciação Científica no Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. Co-autora.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador. E-mail: [carolinededeus@yahoo.com.br](mailto:carolinededeus@yahoo.com.br); voluntária do Programa de Iniciação Científica no Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e família. Co-autora.

<sup>3</sup> Doutora em Saúde Pública. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família da Universidade Católica do Salvador. E-mail: [isabelmsol@gmail.com](mailto:isabelmsol@gmail.com). Orientadora

<sup>4</sup> Especialista em Políticas Públicas e Gestão de Serviços Sociais (UFPE). Assistente Social do CEPRED

## DOS CRIMES CONTRA A FAUNA E A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA

Yasmin Freitas Santos<sup>1</sup>  
Alessandra Rapassi Mascarenhas Prado<sup>2</sup>

Atualmente, a degradação ambiental é cada vez mais frequente nas diferenciadas regiões do Planeta. Entre os elementos do meio ambiente afetados pela ação humana, está a fauna. Como objeto da tutela jurídica, a fauna não é tomada indiscriminadamente, porém é priorizada com objetivos específicos, atendendo-se a um conjunto de características, de condicionantes ecológicos e econômicos. No tocante aos movimentos em defesa da fauna, percebe-se que, se no início estes se concentravam na defesa de algumas espécies ameaçadas, agora consideram que a conservação dos ecossistemas, aliada ao desenvolvimento sustentável, é vital para a manutenção e a evolução da biodiversidade, ou seja, para o próprio futuro da humanidade. Houve uma inovação da Lei nº 9.605/98 - crimes ambientais. Algumas vantagens podem ser albergadas: Criminalização dos maus tratos/abusos contra os animais; Criminalização de experiências dolorosas ou cruéis em animal vivo quando existirem recursos alternativos. Sabe-se que a lei nasceu para despertar a sociedade para o exercício da cidadania e os valores que o meio ambiente em si representa para a sadia qualidade de vida, amenizando problemas ambientais que estão sendo vistos na sociedade. Contextualiza, portanto os novos crimes, além de organizar e sistematizar os diversos textos anteriores no qual tratavam a matéria. É necessário cuidar da interpretação das normas penais e verificar sua aplicação para a defesa da fauna. Envolvendo os crimes contra a caça; a pesca; o comércio ilegal; introdução de espécies exóticas e maus tratos tendo por base a legislação brasileira, mas também doutrina brasileira e estrangeira. Assim, passar-se-á à análise particular de alguns dos delitos contra a fauna, sempre tentando elucidar as abordagens e comentários com casos jurisprudenciais. Capacitando profissionais de diferentes áreas de atuação para a Educação Ambiental contra os crimes da fauna. É um direito que pertence a todos, é direito difuso, que não se particulariza que não se apropria em favor de um, em detrimento de muitos. É o direito que se respeitado permitirá a humanidade seguir viagem no túnel do tempo, sem necessidade de renunciar ao passado, ignorar o presente e comprometer o futuro.

**Palavras-chave:** Crimes; Fauna; Jurisprudência.

---

<sup>1</sup>Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

<sup>2</sup>Profa. Dra. do Mestrado em Direito da Universidade Católica do Salvador, orientadora do grupo-Proteção penal do meio ambiente, orientadora do Projeto Dos Crimes contra a Fauna e a Jurisprudência Brasileira.

## EDUCAÇÃO EM VALORES E FAMÍLIA: ESTUDO SOBRE AUTONOMIA COMO DIREITO DA CRIANÇA

Ana Carla Farias de Oliveira<sup>1</sup>  
Guadalupe Feitosa Alexandrino Ferreira do Nascimento<sup>2</sup>  
Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima<sup>3</sup>

Independentemente da sua configuração, a família constitui espaço singular de desenvolvimento da criança em relação à sua sociabilidade e às suas capacidades. No seio das relações familiares assimilam-se valores que nortearão o comportamento infanto-juvenil. Este artigo discute o papel da família na educação em valores na perspectiva da autonomia da criança enquanto um direito. Com base na Convenção sobre Direitos da Criança, destaca-se o conceito de capacidades em desenvolvimento. Mediante abordagem metodológica, de natureza qualitativa, procedeu-se revisão de literatura nacional e internacional. Identificou-se que reconhecer o conceito de evolução das capacidades torna-se imperativo para garantia do direito à autonomia das crianças, segundo norma internacional. A família deverá ser o primeiro ambiente de incentivo à autonomia da criança. Tendo a educação para valores como uma moldura que contemple os direitos humanos e respeite a evolução das capacidades infantis, a família cumpre a proteção primordial prevista em lei.

**Palavras-chave:** Educação em valores; Família; Direito da criança; Autonomia.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito, curso noturno, do 10º semestre da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Bolsista do Programa de Iniciação Científica CNPQ/UCSal, associada ao grupo Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. E-mail: cauto2004@yahoo.com.br – Co-autora.

<sup>2</sup> Graduanda em Direito, curso noturno, do 10º semestre da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Voluntária em Iniciação Científica, associada voluntariamente ao grupo Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPQ). E-mail: guadalupealexandrino@gmail.com – Co-autora.

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação da UCSAL, Juíza de Direito, Doutora em Saúde Pública (ISC-UFBA), Coordenadora do Grupo Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPQ). E-mail: isabelmsol@gmail.com – Orientadora.

## EDUCAÇÃO NO CIRCO SOCIAL: A LINGUAGEM CIRCENSE COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL

Cristina Alves de Macedo<sup>1</sup>  
Jacira Ornélia Nogueira de Oliveira<sup>2</sup>

O presente artigo, que será apresentado por meio de comunicação oral, descreve os resultados de uma pesquisa desenvolvida junto ao grupo de pesquisa - Núcleo de Estudos da Análise do Discurso – NEAD da Universidade Católica do Salvador. O objetivo da pesquisa foi investigar elementos que contribuem na educação da criança e do adolescente que estão inseridas no contexto do Circo Social, tendo como objetivos específicos: delinear como acontece a educação da criança e do adolescente na Escola de Picolino de Artes do Circo através da linguagem circense; detectar a influência do fazer circo no desenvolvimento cognitivo; analisar como a linguagem circense contribui no desenvolvimento de crianças e adolescentes como ser integral. Para desenvolver a pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa, utilizando o método indutivo para realização da análise de dados. Como técnica de investigação optou-se por desenvolver uma revisão bibliográfica e o estudo do caso da Escola Picolino de Artes do Circo, tendo como procedimento de coleta de dados os seguintes instrumentos: entrevistas semi-estruturadas e entrevistas livres; observação participante; análise documental. O artigo traz, na primeira parte, a descrição do Circo Social, relatando como nasceu no Brasil e como se expandiu com a contribuição de organizações internacionais. Na segunda parte, trata sobre a educação no Circo Social, tecendo considerações sobre como sujeitos da classe popular são educados através da linguagem circense e como esta contribui para o desenvolvimento do indivíduo como ser integral. Nesta parte, detecta-se que através da linguagem circense se contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades que auxiliam na aprendizagem de conteúdos escolares. Argumenta-se ainda sobre o discurso do Circo Social, confirmando, por fim, nas conclusões, a hipótese elaborada para a pesquisa, segundo a qual: “o Circo Social, através de uma pedagogia alternativa, auxilia na educação de sujeitos socialmente vulneráveis, contribuindo para a sua inserção na sociedade”.

**Palavras-chave:** Circo Social; Educação; Desenvolvimento Integral; Discurso.

---

<sup>1</sup> Autora, graduanda em Pedagogia pela Universidade Católica do Salvador – FACED/ UCSal, bolsista de iniciação científica pela UCSal

<sup>2</sup> Orientadora, professora doutora em letras pela Universidade Federal da Bahia - UFBA e pós-doutora pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Brasil, professora da Universidade Católica do Salvador - UCSal e da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Membro do NEAD.

## ESTUDO COMPARATIVO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DAS CASCAS DE *Amburana cearensis* A. C. Smith E *Caesalpinia pyramidalis* Tul.

Sara Nunes Vaz<sup>1</sup>  
Juan Carlos Rossi Alva<sup>2</sup>

As plantas medicinais representam objeto de intensa investigação científica na atividade biológica. No Brasil, a fitoterapia consolida-se como uma alternativa terapêutica econômica em relação aos medicamentos industrializados, uma vez que se caracteriza pela utilização direta de plantas no tratamento de enfermidades em várias áreas da saúde. Este estudo tem como objetivo avaliar e comparar o efeito antibacteriano *in vitro* dos extratos hidroalcoólicos das cascas de *Amburana cearensis* e *Caesalpinia pyramidalis* através do método de difusão em disco e da determinação da concentração inibitória mínima (MIC). Os extratos foram extraídos utilizando etanol 70% por método de maceração, e posteriormente ressuspensos em DMSO, sendo em seguida, pipetados em discos de papel filtro em diferentes concentrações. Os testes foram realizados utilizando as cepas bacterianas *Escherichia coli* ATCC 10536, *Klebsiella pneumoniae* ATCC 70603, *Micrococcus luteus* ATCC 9341, *Staphylococcus aureus* ATCC 6538, *Salmonella cholerae-suis* ATCC 10708 e uma linhagem de *Staphylococcus aureus* Isolado de Amostra Clínica (SAIACLIN). As cepas que apresentaram sensibilidade ao primeiro teste foram utilizadas para a determinação do MIC. O extrato da casca de *A. cearensis* inibiu de forma fraca o crescimento bacteriano das cepas *S. aureus* ATCC 6538 e *K. pneumoniae* ATCC 70603, enquanto o extrato de *C. pyramidalis* inibiu o crescimento das cepas *K. pneumoniae* ATCC 70603 e *S. cholerae-suis* ATCC 10708 de forma moderada. Conclui-se que o extrato hidroalcoólico da casca de *C. pyramidalis* apresentou um significativo potencial antimicrobiano frente a bactérias gram-negativas como a *K. pneumoniae* e *S. cholerae-suis*, enquanto que o extrato hidroalcoólico da casca de *A. cearensis* apresentou uma fraca atividade antimicrobiana. Sugere-se estudos mais específicos que visem a utilização dos componentes secundários dos extratos vegetais em questão.

**Palavras-chave:** Atividade antimicrobiana; *Amburana cearensis*; *Caesalpinia pyramidalis*.

<sup>1</sup> Graduanda - Universidade Católica do Salvador /UCSal - Ciências Biológicas – Bolsista Iniciação Científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

<sup>2</sup> Orientador - Doutor em Ciências /UFRJ – Professor Adjunto do Instituto de Ciências Biológicas e do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental/UCSAL - Pesquisador do Laboratório de Estudos em Meio Ambiente – LEMA.

## ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS (BRASIL) E O DIREITO INDIANO (PERU)

Tiago Alves Ferreira<sup>1</sup>  
Maria Helena Ochi Flexor<sup>2</sup>

O projeto tem como fonte de pesquisa duas obras que são o “Diretório dos Índios do Grão Pará e Maranhão”, de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e a segunda obra “Política Indiana” de Juan Solórzano Pereira. A pesquisa tem como objetivos principais o estudo comparativo buscando informações acerca da dilatação da fé católica entre os índios; extinção do gentilismo; civilidade dos índios tornando-os vassallos como os brancos; desenvolvimento do trabalho destes na agricultura e no comércio; a questão dos mestiços e crioulos; trabalho indígena remunerado; obrigação do uso da língua portuguesa e casamento entre brancos e índias dentro da política pombalina de urbanização e repovoamento do Brasil a partir dos meados do século XVIII. Todo o Projeto Pombalino baseava-se numa ideologia que o discurso do período deixa bastante claro. Todas as referências, além de mostrarem a nova ideologia iluminista, estão refletidas no Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão, elaborado pelo irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador daquela região, que adotou as doutrinas do Direito Indiano, de Juan Solórzano Pereyra, Ouvidor das Audiências do Reino do Peru e que visavam integrar os índios à “sociedade civil”, como dizia D. João V e repetia D. José I, e aproveitá-los para povoar o Brasil, como consequência dos Tratados de Madri, do Pardo e de Santo Ildefonso, depois da expulsão dos jesuítas.

**Palavras-chave:** Projeto pombalino; Civilização dos índios; Influência da América Espanhola.

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Direito da UCSal, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

<sup>2</sup> Professora do Mestrado Acadêmico em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da UCSal.

## ESTUDO SOBRE DOGMÁTICA JURÍDICA A PARTIR DA LITERATURA ACADÊMICA BRASILEIRA

Ana Carla Farias de Oliveira<sup>1</sup>  
Guadalupe Feitosa Alexandrino Ferreira do Nascimento<sup>2</sup>  
Isabel Maria Sampaio de Oliveira Lima<sup>3</sup>  
Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo<sup>4</sup>

Este artigo apresenta um estudo sobre a “dogmática jurídica” no Brasil. O tema eleito constrói um arsenal teórico do direito positivo que atua como ponto inicial do trabalho do jurista, dos quais o trabalho técnico-jurídico dogmático perpassa por fases diversas. Tem início com a fase exegética, perpassa pela fase da elaboração das proposições, categorias e princípios jurídicos, e chega à última, a da sistematização: a construção de uma teoria geral do direito. O estudo realizado levanta o estado da arte da dogmática jurídica, fundado na revisão sobre o tema “dogmática jurídica” a partir da identificação da produção acadêmica stricto sensu no país (mestrado e doutorado), combinada com outros referenciais teóricos. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, observando-se o procedimento da revisão de literatura, realizada mediante consulta ao banco de teses da CAPES, de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas entre os anos de 1987 a 2008. O levantamento resultou em 203 (duzentos e três) trabalhos, sendo 42 (quarenta e duas) teses e 161 (cento e sessenta e uma) dissertações. A partir deste levantamento, procedeu-se a um recorte teórico selecionando-se apenas os trabalhos que abordaram diretamente o tema eleito. Este recorte identificou, na produção acadêmica, os referenciais teóricos que fundamentam os eixos epistemológicos da dogmática jurídica. Verificou-se, com a revisão realizada, uma lacuna na produção acadêmica, revelando que não há um efetivo debruçar-se sobre o tema pesquisado. Infere-se, a partir dos resultados, que o tema “dogmática jurídica” demanda maior visibilidade, vez que na sua configuração atual, enquanto procedimento jurídico de solução de conflitos, já apresenta limites em face da complexidade dos sujeitos e dos sistemas organizacionais contemporâneos.

**Palavras-chave:** Direito; Dogmática jurídica; Revisão de literatura; Estado da arte.

---

<sup>1</sup>Graduanda em Direito, curso noturno, do 11º semestre da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Bolsista do Programa de Iniciação Científica CNPQ/UCSal, associada ao grupo Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. E-mail: cauto2004@yahoo.com.br – Co-autora.

<sup>2</sup>Graduanda em Direito, curso noturno, do 11º semestre da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Voluntária em Iniciação Científica, associada voluntariamente ao grupo Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPQ). E-mail: guadalupealexandrino@gmail.com – Co-autora.

<sup>3</sup>Professora do Programa de Pós-Graduação da UCSAL, Juíza de Direito, Doutora em Saúde Pública (ISC-UFBA), Coordenadora do Grupo Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPQ). E-mail: isabelmsol@gmail.com – Orientadora.

<sup>4</sup>Mestre em Direito Público pela UFBA - Universidade Federal da Bahia. Pós-Graduado em Ciências Criminais junto à Fundação Faculdade de Direito vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. Professor de Direito Penal e Processo Penal da Universidade Católica do Salvador, Professor de Direito Penal junto à Universidade Salvador (UNIFACS). Analista Previdenciário do INSS-BA junto à Procuradoria Federal Especializada. E-mail: bernardomontalvao@hotmail.com – Co-orientador.

## EXPERIÊNCIAS PRODUTIVAS E SOCIAIS DE RURALIDADE

Roseneide Pereira Borges<sup>1</sup>  
Cristina Maria Macêdo de Alencar<sup>2</sup>

O mundo rural, espaço social de trabalho e vida produzido pela relação direta entre seres humanos e natureza, e de relações sociais primárias com práticas produtivas cooperativas, formais e não formais, é o contexto desse relato de experiência do I Fórum adapta sertão, realizado em outubro de 2009 na cidade de Pintadas - Bahia, a 270 km de Salvador. O organizado pela rede Adapta Sertão objetivou divulgar o modelo de adaptação de tecnologia à agricultura familiar implantado há três anos naquela cidade, avaliar os aprendizados e avanços obtidos com a prática inovadora na região, trazer informações e reflexões sobre o sistema climático e novas perspectivas de sobrevivência no sertão. Municípios, ONGs, rádios comunitárias, escolas, centros de pesquisa e órgãos do estado integram a rede com visão de adaptação à mudança climática na região do semi-árido baseada no desenvolvimento da agricultura de pequena escala contribuindo para a segurança alimentar, a redução da pobreza e a sustentabilidade da caatinga. Nossa experiência começou na véspera quando da apresentação dos participantes que já estavam no local, vindos dos estados de PE, PB, CE, BA, RJ, RS e de outro país, a Itália; eram professores, estudantes, pesquisadores, jornalistas e técnicos ligados ao meio ambiente, saneamento, desenvolvimento sustentável e agricultor familiar. Porque o interesse de toda esta gente nesta experiência? Uma nova tecnologia social de adaptação às mudanças climáticas pode significar oportunidades de desenvolvimento rural e melhoria das condições de vida de quem vive no sertão. O Fórum privilegiou a logística da própria comunidade a exemplo do fornecimento da alimentação pelo restaurante Delícias do Sertão da organização Mulheres de Pintadas, espaço para conversas, partilhas de experiências de regiões e cidades pesquisadas. No dia do evento um clima chuvoso serviu de motivo de alegria para aquela gente; na Escola Normal de Pintadas integrou-se o Fórum e a V Feira do Conhecimento, demonstrando experiências de tecnologia social executadas com os alunos daquela escola e a palestra de Emílio La Rovere pesquisador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Secretario Executivo do Centro Clima e coordenador Científico da rede, sobre Mudanças Climáticas e Impactos no Nordeste Brasileiro, seguiram-se as palavras de políticos comprometidos com a causa da convivência e adaptação às mudanças climáticas, visita às exposições da feira do conhecimento e ao sistema de irrigação do projeto, em ambiente de aprendizado e partilha. As novas tecnologias sociais aplicadas na região de Pintadas comprovam o uso sustentável de recursos hídricos na agricultura de pequena escala; conta hoje com 22 famílias associadas em três cidades do semi-árido baiano: Pintadas, Quixabeira e Baixa Grande. Implantam-se sistemas de irrigação por gotejamento com um ano de assistência técnica aos associados para a prática não agressiva ao solo, cujo *kit* varia de acordo com o tamanho da área cultivada tendo os agricultores um ano para saldar o investimento. Concluímos pela expectativa de grandes resultados por constatar que se trata de uma ação realizada COM e não PARA os sujeitos beneficiários, e pesquisadores que em outro lugar darão continuidade e serão multiplicadores. Para nossa equipe de pesquisa exemplificou compromisso científico com zona rural, agricultura familiar, desenvolvimento econômico e social do sujeito rural.

**Palavras-chave:** Adapta sertão; Experiência; Tecnologia climática.

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, bolsista de Iniciação Científica, da FAPESB, vinculada ao Projeto Coexistência rural-urbana sob influencia metropolitana.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, orientadora do trabalho, coordenadora do Projeto Coexistência Rural-Urbana sob Influência Metropolitana.

## EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM ÁREAS PROTEGIDAS: O CASO DO PARQUE METROPOLITANO DE PITUAÇU

Fernando Macedo Cardoso<sup>1</sup>  
Thiago Pires Oliveira<sup>2</sup>  
Cristina Maria Macedo Alencar<sup>3</sup>

O propósito deste trabalho, “Expressões da questão social em ambiente juridicamente protegido: parque metropolitano de Pituaçu” é fazer uma análise crítico-descritiva do Parque de Pituaçu caracterizando as principais controvérsias legais que, envolvendo o referido espaço territorial reforçam as suas contradições socioambientais. Para tanto, recorreu-se à disciplina jurídica dos espaços territoriais especialmente protegidos no direito brasileiro, e às evidências sociais de problemas ambientais a partir de documentos históricos, trabalhos acadêmicos e notícias em jornais. A questão central respondida é como a questão social se expressa na relação entre sociedade e natureza juridicamente regulada?

**Palavras - chave:** Expressões da questão social; Espaços territoriais especialmente protegidos.

---

<sup>1</sup> Co-autor. Graduando em Serviço Social, na Universidade Católica do Salvador; bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, no grupo de pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza- DSN

<sup>2</sup> Co-autor. Pós-Graduando em Direito do Estado pela UFBA. Professor substituto de Direito Ambiental da UFBA.

<sup>3</sup> Orientadora de iniciação científica. Professora Doutora do Programa de pos graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Líder do grupo de pesquisa DSN

## FAMÍLIA E CRIANÇA: PRODUÇÃO ACADÊMICA EM DIREITO - 1989 A 1999

Juliana Fabiana do Carmo<sup>1</sup>

Lorena Oliveira Dantas<sup>2</sup>

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima<sup>3</sup>

**Introdução:** A família, compreendida enquanto instituição social basilar é elemento essencial para a construção do indivíduo. Esta importância é mais significativa, se considerados os primeiros anos de vida da criança. Reconhecida como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, a criança necessita de especial atenção e proteção para que sejam assegurados seus direitos e garantias. Cabe à família, em co-responsabilidade com a sociedade e o Estado, assegurar que se cumpram todos os direitos dispensados à criança mediante a proteção integral, preceituada em diversos documentos nacionais e internacionais. **Objetivo:** Identificar a produção acadêmica *stricto sensu* nacional da área do Direito acerca do tema família e criança no período compreendido entre 1989 - 1999. **Metodologia:** Utilizou-se, para tanto, uma estratégia metodológica de natureza quanti-qualitativa, mediante a revisão dos trabalhos resultantes da pós-graduação disponíveis no Banco de Teses da CAPES, acervo que concentra a produção acadêmica de pós-graduação *stricto sensu* nos estabelecimentos nacionalmente reconhecidos. Levantaram-se as dissertações e teses que tiveram como descritores “família e criança” no período 1989 a 1999, considerado o foco deste trabalho. Constatando-se a grande produção no período, decidiu-se priorizar os trabalhos da área jurídica. **Resultados:** Verificou-se que, ante a magnitude do tema e a relevância atribuída nacional e internacionalmente, a produção acadêmica nacional da área jurídica apresenta flagrante limitação, posto que representa apenas 1,2% de todos os trabalhos encontrados relacionados à “família e criança”. **Conclusões:** Aduz-se desse modo a necessidade de maior demanda de pesquisas na área jurídica envolvendo o tema objeto desse artigo, pois assuntos de tal relevância não podem passar despercebidos pelos pesquisadores do Direito, sobretudo em face da relação entre família e o seu papel preconizado na Constituição Federal.

**Palavras-chave:** Família; Direito da Criança; Pesquisa Jurídica

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador, 7º semestre, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da FAPESB. E-mail: [juliana\\_fcarmo@yahoo.com.br](mailto:juliana_fcarmo@yahoo.com.br) – Co-autora.

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador, 5º semestre. E-mail: [lorenad\\_jaco@hotmail.com](mailto:lorenad_jaco@hotmail.com) - Co-autora.

<sup>3</sup> Professora do PPGFSC-UCSal, Juíza de Direito, Doutora em Saúde Pública (ISC-UFBA), Coordenadora do Grupo Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPQ). Email: [isabelmsol@gmail.com](mailto:isabelmsol@gmail.com) – Orientadora.

## FAMÍLIA E DEFICIÊNCIA NO BRASIL: TRAJETÓRIA NA ACADEMIA

Camila Rodrigues Santos<sup>1</sup>  
Isabel Maria Oliveira Sampaio Lima<sup>2</sup>

O tema da Pessoa com Deficiência e sua família mobiliza diferentes áreas do conhecimento e da prática. Esta temática possibilita múltiplas e diversas abordagens. Na abordagem biomédica, a deficiência é definida como a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Já para a abordagem social, a deficiência é definida como desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea que pouco ou nada considera as pessoas que possuem lesões e as exclui das principais atividades da vida social. Entre muitos aspectos, o tema da família guarda estreita relação com o da deficiência, pois é também no seio familiar que se dá o processo de reabilitação e de apoio emocional. Em função das dificuldades enfrentadas pelas famílias da pessoa com deficiência, esta instituição se configura como uma unidade social que institui valores, atitudes e normas que regulam a idéia de aprovação e reconhecimento social de seus filhos. Estas famílias trazem a ambivalência de sofrer e gerar reações atreladas à idéia de incapacidade e da invalidez, idéias estas que predominam no imaginário social, causando severos efeitos na vida destes sujeitos. Desta forma, a família da pessoa com deficiência se torna também um público com necessidades especiais diante da forte resistência encontrada na integração ou inclusão de seus filhos junto à sociedade, isto porque as pessoas com deficiência são estereotipadas, devido ao preconceito, como seres incapazes, indefesos e sem direitos. O presente trabalho visa identificar a produção acadêmica nacional no período de 1987 a 1997, referente à temática da Pessoa com deficiência e a Família, a investigação da produção acadêmica é importante porque esta se constitui como um espaço estratégico de conhecimento da realidade empírica, e tem como finalidade investigar e divulgar fatos desconhecidos, e consolidar os já existentes acerca desta parcela populacional ainda tão excluída na Sociedade Brasileira. Para cumprir o objetivo, adota-se estratégia quanti-qualitativa mediante revisão de literatura científica e levantamento de produção acadêmica nacional strito sensu deste período. A produção foi classificada em categorias - aspectos regionais e áreas de conhecimento. Constatou-se que na década 1987-1997 foram produzidos 40 trabalhos, sendo 32 Dissertações e 08 Teses de doutorado. Ademais se verifica que diversos autores discutem o tema e correlacionam com áreas do Serviço Social, da Educação, do Direito. Diante dos achados, a Família da pessoa com deficiência se constitui como unidade cooperativa, que compartilha expectativas, interesses complementares em função das dificuldades que estas enfrentam.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência; Direitos humanos; Assistência Social.

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social, 7º Semestre (UCSAL), bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas do CNPQ, integrante do grupo de pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família – Linha de pesquisa Saúde e direitos Humanos da Pessoa com deficiência. –UNTL - [camila-rodrigues21@hotmail.com](mailto:camila-rodrigues21@hotmail.com) –autora.

<sup>2</sup> Doutora em Saúde Coletiva, Professora Dra. da Faculdade de Direito (UCSAL) e Professora Dra. do Mestrado em Família e Sociedade Contemporânea, coordenadora do grupo de pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família – UNTL – [isabelmsol@gmail.com.br](mailto:isabelmsol@gmail.com.br) - orientadora

## FAMÍLIA E O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO

Rebeca Vilas Boas Costa Dias<sup>1</sup>  
Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima<sup>2</sup>

A criança e o adolescente enquanto pessoas em desenvolvimento necessitam de proteção diferenciada. Esta proteção se configura necessária, principalmente quando estão sujeitas a situação de vulnerabilidades. O Estatuto da criança e do adolescente dispõe sobre a proteção integral ao segmento infanto-juvenil e considera dever da família, juntamente com a sociedade e o Poder Público, assegurar a efetivação dos direitos com absoluta prioridade, inclusive o direito à convivência familiar. Este direito ressalta a natureza essencial do acolhimento familiar enquanto dimensão original de integração do ser pessoa, surge não só como proposta à efetivação de direitos, galgando a família legitimidade ativa na tutela dos interesses difusos, mas como direito fundamental sendo indubitável a sua importância na formação da personalidade e na estruturação psíquica da criança. Necessária, além de uma rede protetional que efetive as garantias e direitos previstos na Lei No. 8069 de 1990, uma produção científica que estude esses fenômenos. Reconhecendo a importância da ação conjunta da academia com a sociedade na produção científica sobre direito da criança e do adolescente no país, sabe-se que esta circunstância enseja oportunidade de reflexão sobre os a complexidade e os desafios relativos a este segmento populacional. Este trabalho visa analisar a produção acadêmica “stricto sensu” da área jurídica sobre “Direito da criança e do adolescente” no período 1987-2008 no Brasil e sua relação com o tema Família. Adotou-se estratégia quanti-qualitativa com revisão de literatura científica e levantamento de produção acadêmica nacional no Banco de Teses da CAPES. A partir do levantamento observou-se 13 trabalhos da área do Direito que possuíam como eixo a correlação entre Família e Direito da criança e do adolescente. Os resultados alcançados em face da escolha do tema revelam que, não obstante o Brasil tenha avançado na assimilação dos princípios da Convenção dos direitos da Criança, os cursos de pós-graduação stricto sensu da área jurídica ainda não desenvolveram plenamente as pesquisas que haverão de enriquecer a discussão futura sobre o próprio futuro do segmento infanto-juvenil neste país.

**Palavras-chave:** Direito da criança e do adolescente; Família; Estatuto da Criança e do Adolescente.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

<sup>2</sup> Professora Doutora em Saúde Pública (ISC-UFBA), coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPq/UCSAL).

## IMPACTO DE UM PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PULMONAR QUANTO À CAPACIDADE FUNCIONAL DE PACIENTES COM DPOC EM UM AMBULATÓRIO DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SALVADOR, BAHIA

Thalita Mara Jesus Apóstolo<sup>1</sup>  
Fernanda Warken Rosa Camelier<sup>2</sup>

A doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) envolve um grupo de doenças capaz de proporcionar alterações pulmonares e sistêmicas aos seus portadores que interferem diretamente na capacidade funcional dos mesmos, pela diminuição da tolerância ao exercício e piora progressiva do condicionamento físico, com conseqüente declínio no desempenho das suas atividades de vida diárias (AVD) e instrumentais (AVDI). Ultimamente, uma estratégia que tem sido considerada de fundamental importância no tratamento da DPOC, é o programa de reabilitação pulmonar (PRP), o qual é definido como um programa de atendimento multiprofissional para pacientes sintomáticos com alteração respiratória crônica, que é individualmente adaptado e concebido para otimizar o desempenho físico, social e autonomia dos mesmos, visando reduzir os sintomas e aumentar a independência de seus portadores, traduzida por melhora na execução de suas AVD e na tolerância ao exercício, bem como na redução dos custos com a saúde. Objetivou-se avaliar o impacto de um PRP na capacidade funcional de pacientes com DPOC, da rede pública de saúde. Foram incluídos pacientes de ambos os sexos, adultos, portadores de DPOC, submetidos a um PRP composto por duas sessões semanais com duração de uma hora, durante 7 semanas. A avaliação da capacidade funcional foi realizada por meio do *Chester Step Test*, um teste submáximo, incremental, capaz de avaliar e prever a capacidade aeróbia. Foram avaliados nove pacientes, com média de idade de  $73 \pm 8,5$  anos, os quais eram majoritariamente do sexo masculino, eutróficos, com DPOC moderada. O valor médio da carga tabágica era de  $76,9 \pm 74,7$  anos/maço e em média, os pacientes eram normóxicos em repouso, com  $SpO_2$  de  $93,9 \pm 2,1\%$ , e média do  $VO_2$  máx previsto de  $22,4 \pm 4,7$  ml/kg/min. Todos os pacientes eram ex-tabagistas e consideraram o fumo como fator causal da DPOC. Houve um aumento no tempo médio de desempenho no CST pós PRP ( $3,7 \pm 2,2$  min vs  $4,5 \pm 2,7$  min). O CST mostrou-se de fácil realização e por ser um teste de subir e descer de um degrau, submeteu os pacientes a um maior estresse metabólico e cardiovascular, do que em testes de caminhada, com uma maior demanda de  $VO_2$ , sendo, por estas razões, a melhor prova simples para avaliar a capacidade funcional máxima. Dessa forma, com base nos principais achados deste estudo e nas características inerentes do teste, conclui-se que o CST pode ser utilizado na avaliação da melhora da capacidade funcional de pacientes com DPOC submetidos a um PRP, verificado pelo aumento do tempo de desempenho no mesmo.

**Palavras-chave:** DPOC; Capacidade funcional; Reabilitação pulmonar.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador – UCSal, bolsista de iniciação científica da UCSal

<sup>2</sup> Professora adjunta da Universidade Católica do Salvador (UCSal), professora da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) e professora auxiliar da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

## INFLUÊNCIA DAS CLAREIRAS NATURAIS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE OPILIÕES (OPILIONES) NUM REMANESCENTE DE FLORESTA ATLÂNTICA DO NORDESTE BRASILEIRO

Alessandra Rodrigues Santos de Andrade<sup>1</sup>  
Marcelo César Lima Peres<sup>2</sup>  
Kátia Regina Benati

As perturbações naturais promovem a heterogeneidade do habitat e previne a exclusão competitiva. Em ambientes florestais, a forma mais visível de perturbação natural é a formação de clareiras naturais formadas pela queda de uma ou mais árvores que resulta na abertura do dossel. Essas formações diferem do interior da floresta quanto ao micro-clima, principalmente, no que se refere a intensidade luminosa. Objetivou-se verificar se existe influência das clareiras naturais sobre a distribuição de opiliões. O estudo foi realizado na Reserva Ecológica da Michelin, um remanescente de Mata Atlântica, localizado entre os municípios de Ituberá e Igrapiúna, composta por quatro fragmentos. O estudo foi desenvolvido na Mata da Vila V, de 180ha, composta por trechos de floresta primária e madura. Foram realizadas 5 coletas (julho, setembro, novembro, janeiro, março) em 15 pontos amostrais de 50m<sup>2</sup>, sendo 5 de borda, 5 de mata madura e 5 de clareira natural. Em cada ponto foram mensuradas variáveis de micro-clima (temperatura do ar, umidade relativa do ar, temperatura do solo e temperatura do substrato) e micro-habitat (espessura da serrapilheira, cobertura da serrapilheira, cobertura da vegetação herbácea e troncos caídos em decomposição). Os opiliões foram coletados através de duas técnicas: amostra de serrapilheira (em cada ponto amostral foram recolhidas 4 amostras de 50x50cm que foram transferidas para Extrator de Winkler durante 24h para a extração dos animais) e coleta manual noturna (realizada nos 15 pontos amostrais, durante 1h, por um único coletor, totalizando 75hrs de esforço amostral no final das 5 coletas.) Foi utilizado o MRPP para comparar a composição e as variáveis ambientais entre as três formações e a análise hierárquica de Cluster para verificar a similaridade entre a composição de espécies nas três formações. Foram coletados 525 indivíduos, distribuídos em 5 famílias (Gonyleptidae, Stygnidae, Cosmetidae e Sclerosomatidae). Não foram encontradas diferenças significativas quanto a composição de opiliões entre as três áreas (MRPP:  $p = 0,7643$ ;  $A = 0,9334$ ,  $T = -1,0223$ ), no entanto, foi verificada diferenças ambientais entre clareira natural, mata de borda e mata madura (MRPP:  $p = 0,00065$ ;  $A = 0,000289$ ;  $T = -1,322$ ). A falta de influência das clareiras naturais foi inesperada, visto que, os opiliões são sensíveis as variações ambientais, principalmente, no que se refere a temperatura e umidade. Sugere-se que estes animais estejam respondendo a outras variáveis ambientais, e que sua distribuição ocorra por micro-habitats sendo que diferentes populações ocupam diferentes micro-habitats.

**Palavras-chave:** Distribuição; Microhabitats; Clareiras naturais.

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, autora.

<sup>2</sup> Coordenador do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA), líder do Grupo de Pesquisa do ECOA no CNPq, professor assistente III da Universidade Católica do Salvador (UCSal), Chefe do Departamento de Zoologia UCSal (desde 2004) e membro do Comitê de Ética em Pesquisa na UCSal (desde 2009). – orientador.

## INSERÇÃO DIGITAL DAS FAZENDAS MUNICIPAIS DA REGIÃO GEOGRÁFICA DO PIEMONTE DA DIAMANTINA SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO TRIBUTÁRIO

Gleydson Martins Peixoto<sup>1</sup>  
André Alves Portella<sup>2</sup>

Este artigo busca refletir a importância da inserção digital das FAZENDAS MUNICIPAIS da região geográfica do Piemonte da Diamantina e a sua repercussão no âmbito social. Ressalta o surgimento dos Municípios, os dados de caráter geográfico, econômico, social, populacional e financeiro, objetivando o conhecimento da realidade desses Municípios. O levantamento da legislação tributária faz-se necessário, por se ter em vista a análise dos Códigos Tributários dos municípios, objetivando as alterações necessárias.

**Palavras-chave:** Finanças públicas; Municípios; Novas tecnologias; Tributação.

---

<sup>1</sup> Graduado em História com Habilitação em Patrimônio Cultural (UCSal); Especialista em Cultura Afro-Brasileira (UNIFACS); Graduando do 5º semestre de Direito (UCSal); E-mail: [tengmp@gmail.com](mailto:tengmp@gmail.com); Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

<sup>2</sup> Mestre e Doutor em Direito Financeiro e Tributário (Universidade Complutense de Madrid - Menção Honrosa "Doctors Europeus"); Professor Adjunto dos cursos de Mestrado e Graduação em Direito (UCSal); Pesquisador e consultor do CNPq e da FAPESB; Coordenador do NEF - Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas  
E-mail: [aaportella@hotmail.com](mailto:aaportella@hotmail.com)

## INSERÇÃO DIGITAL DAS FAZENDAS MUNICIPAIS DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

Daniel Montenegro Pereira<sup>1</sup>  
André Alves Portella<sup>2</sup>

O presente trabalho faz parte do projeto do Núcleo de Estudos em Tributação em Finanças da Universidade Católica do Salvador, que tem por escopo realizar uma análise jurídico-tributária das possibilidades de inserção digital das Fazendas Públicas Municipais da Bahia. Destarte, este projeto visou analisar especificamente a Região Sudoeste da Bahia, levantando, analisando e comparando a legislação pertinente aos Municípios desta Região, aplicativos utilizados, aperfeiçoamentos que poderão ser executados e a necessidade atual do mercado frente a demanda disponível. Primeiramente realizou-se um levantamento sócio-econômico-geográfico da região em comento, buscando demonstrar quesitos como população; IDH; renda; arrecadação, repasses e transferências de tributos; dentre outros. Ulteriormente procedeu-se a coleta da legislação destes municípios. Este ponto foi de difícil execução, uma vez que ainda não foi possível obter grande parte das leis dos municípios, tendo em vista a falta de informatização das Câmaras Municipais, não estando, estas leis, disponíveis nos sites da Câmara, nem podendo, os servidores, enviá-las por e-mail ou pelo correio. Durante o trabalho foi realizado também, com o fito de conhecer a realidade da legislação dos municípios da Bahia, uma análise da legislação tributária dos municípios de Itabela, Itagimirim, Eunápolis e Santa Cruz Cabrália, analisando, precipuamente, a redação e o conteúdo material desta espécie legislativa, apontando lacunas e conflitos porventura existentes. A partir destes dados foi redigido um artigo de título “Legislação tributária na Bahia, lacunas e conflitos”, que demonstra as vicissitudes encontradas nas legislações tributárias Municipais, e apontando que tipos de atitudes podem ser tomadas na reforma das leis. O objetivo final da pesquisa ainda foi não atingido, pois a abordagem acerca da inserção digital ainda necessita da coleta de subsídios, estando o projeto ainda em desenvolvimento. Entretanto, diversos outros resultados foram obtidos, como o levantamento do quadro sócio-econômico-geográfico que demonstra a realidade e divergências entre os Municípios da região analisada e a coleta da legislação, que permite conhecer as peculiaridades da tributação dos Municípios.

**Palavras-chave:** Tributação; Municipal; Inserção digital.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela Universidade Católica do Salvador – Bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB

<sup>2</sup> Mestre e Doutor em Direito Financeiro e Tributário pela Universidade Complutense de Madrid (Menção Honrosa "Doctors Europeus"). Professor Adjunto dos cursos de Mestrado e Graduação em Direito da Universidade Católica do Salvador. Pesquisador e consultor do CNPq e da FAPESB. Coordenador do NEF - Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas / Orientador

## INSERÇÃO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA EAD NO BRASIL

Fernanda Souza da Silva<sup>1</sup>  
Kátia Siqueira de Freitas<sup>2</sup>

Neste artigo, será exposta a Inserção da Educação a Distância no Brasil que tem como objetivo incentivar o público estudantil a construção e desenvolvimento de novos conhecimentos, proporcionando desta forma também uma melhor qualidade de ensino. A importância do EAD faz-se necessária atualmente, pois além de incorporar a didática de novas tecnologias de informação, comunicação, reduz as desigualdades existentes, sociais, culturais e econômicas, introduzindo de forma eficaz a população no mundo da educação. No texto serão apresentados estudos realizados sobre a Educação a Distância x Educação Presencial. Sendo de extrema importância a implantação do EAD nas Universidades, em geral, para que todos os alunos tenham a oportunidade de conhecer e desfrutar dessa forma do ensino.

**Palavras-chave:** Educação a Distância; Educação Presencial.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador - UCSal; Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, IC – UCSal. [ssfernandaucsal@hotmail.com](mailto:ssfernandaucsal@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora pesquisadora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal, orientadora.

## INTERAÇÕES MUTUALÍSTICAS ENTRE AVES FRUGÍVORAS E PLANTAS EM UM FRAGMENTO URBANO DE MATA ATLÂNTICA, SALVADOR, BA

Pedro Cortes Andrade<sup>1</sup>  
Anderson Abbehusen Freire de Carvalho<sup>2</sup>  
João Vitor Lino Mota<sup>3</sup>

O presente estudo se desenvolveu entre outubro de 2009 e março de 2010, em um fragmento urbano de Mata Atlântica, Parque Metropolitano de Pituvaçu (PMP), Salvador, BA. O objetivo foi identificar potenciais dispersores de sementes, assim como, espécies vegetais que podem ter relevante importância para manutenção da comunidade de aves que ocorrem neste Parque. Para acompanhamento das interações foi percorrida, semanalmente, uma trilha de 2km. Quando observado um evento de alimentação registrou-se o comportamento empregado, pela ave, para remover e ingerir os frutos. Foram observadas 18 espécies de aves consumindo frutos, porém, uma delas (*Sporophila nigricollis*) foi considerada como predadora, resultando em 17 espécies de aves presentes na rede de mutualismo. 18 espécies vegetais tiveram seus frutos consumidos, sendo que 4 tiveram seus frutos predados ou apenas a polpa consumida. *Thraupis palmarum* foi a ave que mais se destacou, consumindo cinco vezes mais frutos que qualquer outra e alcançou o mais alto índice de importância ( $I_j = 0,231$ ). Entre as espécies vegetais a Melastomataceae *Miconia minutiflora* alcançou o maior índice de importância ( $I_j = 0,379$ ) e juntamente com *Didymopanax morototoni* concentrou 60,85% das interações. O segundo mais alto índice de importância foi alcançado por Pera glabrata ( $I_j = 0,249$ ), devido a esta ter tido uma maior quantidade de interações exclusivas que *D. morototoni*. Os resultados deste trabalho reforçam a importância desempenhada por aves generalistas de pequeno porte, no que diz respeito à dispersão de sementes em fragmentos florestais muito alterados, sendo fundamentais para acelerar os mecanismos de regeneração natural.

**Palavras-chave:** Mutualismo; frugivoria; fragmento urbano; Parque Metropolitano de Pituvaçu.

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECO - UCSal), pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Autor.

<sup>2</sup> Mestre em Ecologia e Biomonitoramento pela Universidade Federal da Bahia, Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador, Coordenador do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECO – UCSal). Orientador.

<sup>3</sup> Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador, Colaborador do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECO – UCSal).

## INTERVENÇÃO DE RESTAURO DA SÉRIE IRMANDADE DA DOCUMENTAÇÃO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SALVADOR

Sandra Ferreira Batista dos Santos<sup>1</sup>  
Venétia Durando Braga Rios<sup>2</sup>

Durante o período de 2009.2 a 2010.2, ano de vigência da bolsa de iniciação científica realizei restauro na série Irmandades sob a orientação da equipe do Laboratório Eugênio Veiga (LEV). Foram diversas as documentações restauradas referente a Serie Irmandade tais como: Compromisso, livros de entrada e saída, correspondência. Contribuir com a higienizar, desinfestar, desasedificar e restauração da Série Irmandades e com as pesquisas sobre a História da Igreja de forma a cooperar com o andamento das reuniões do grupo de pesquisa mantendo atualizado o banco de dados e suprir as necessidades e dúvidas do grupo, banco de dados este, que servirá de suporte para a produção e elaboração do arranjo arquivístico final da documentação que está e salvaguarda do Laboratório Eugênio Veiga (LEV). No entanto dado o estado em que se encontra a documentação da Série Irmandades e a sua grande procura por pesquisadores é necessária a continuidade do trabalho desenvolvido pelas profissionais no Laboratório Eugênio Veiga e o incentivo dado pela Universidade para o mesmo. Esse trabalho foi de grande importância para meu amadurecimento profissional e intelectual como participante da equipe do Laboratório Eugênio Veiga e como membro do grupo de pesquisa de História da Igreja no Brasil, área essa que carece de pesquisas, discussões e principalmente incentivo por parte das instituições que fomentam a pesquisa no Estado.

**Palavras-chave:** Restauro; Irmandade; Documentação.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História com Concentração em Patrimônio Cultural da Universidade Católica do Salvador e bolsista de iniciação científica pela UCSal.

<sup>2</sup> Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, orientadora do projeto Intervenção de restauro da Série Irmandade da documentação da Cúria Metropolitana de Salvador, professora da UCSal.

## INTERVENÇÃO DE RESTAURO DAS SÉRIES DOCUMENTAIS DO ACERVO DO ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SALVADOR

Laís Costa Ferreira<sup>1</sup>  
Venétia Durando Braga Rios<sup>2</sup>

Durante o período de 2009.02 à 2010.02, tempo em que fui bolsista do projeto FAPESB realizei atividades de Conservação, Preservação, Restauração e Tratamento Arquivístico na documentação da série Irmandades, documentação de fundamental importância onde se encontra resguardada a memória da sociedade baiana no século XVIII e XIX. Este acervo sofreu ações do tempo, da umidade relativa, do ataque de elementos biológicos como fungos e insetos xilófagos, dos agentes químicos, principalmente a acidez e, sobretudo, dos agentes físicos como manuseio incorreto e acondicionamento inadequado e dos agentes da natureza como luz solar diretamente incidindo sobre o suporte. Atividades desenvolvidas durante o período do estágio: análise dos materiais que constituem o acervo como manuscritos em papel com tinta ferrogálica; diagnóstico do estado de conservação das ações dos agentes físicos, químicos e biológicos e das causas internas e externas da degradação; conhecimento dos produtos e materiais usados numa intervenção de restauro; ações de desinfestação, desinfecção, limpeza mecânica e química, desacidificação, e obturações manuais e mecânicas na MOP.

**Palavra-chave:** História; Conservação; Memória.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de História da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

<sup>2</sup> Doutora em História Social pela PUC – S.P, Professora D.E. do curso de História da Universidade Católica do Salvador.

## LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL: REALIDADES E PERSPECTIVAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO BAIXO SUL DO ESTADO DA BAHIA

Carina de Oliveira Guimarães Trench<sup>1</sup>  
André Alves Portella<sup>2</sup>

A partir do levantamento de dados básicos dos municípios que compõem a região do Baixo Médio São Francisco, até o corpo das legislações tributárias, esse estudo teve como objetivo mostrar os tributos aplicados nos municípios, a importância de cada um deles e principalmente como a informática pode viabilizar a gestão administrativa na área tributária, havendo uma melhor e eficiente fiscalização. Além disso, foram abordados também temas como informática, a sua importância na atualidade e como algumas ferramentas são de extrema importância para um bom funcionamento e o desenvolvimento de uma excelente gestão tributária. Algumas dificuldades de acesso, como a impossibilidade de comunicação tanto por telefone como via e-mail com as pessoas responsáveis pelo departamento jurídico de cada município, assim como a falta de dados essenciais para a pesquisa pelo site de cada um deles, falta de dados mais recentes tornaram - na desprovida de certas informações mais atualizadas, no entanto, não impediu o seu andamento, faltando somente o município de Pilão Arcado para ser concluído, uma vez que não se conseguia falar com a Prefeitura. Devido a esses obstáculos e da falta de um profissional de informática em tempo hábil, infelizmente o objetivo da pesquisa foi concluído parcialmente, estagnando justamente na comparação das legislações tributárias dos municípios estudados.

**Palavras-chave:** Legislação tributária; Espécies tributária; Informática.

---

<sup>1</sup> Autora. Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador / Bolsista de Iniciação Científica pelo sistema de cotas do CNPQ, E-mail: carinaguimaraes@hotmail.com.

<sup>2</sup> Orientador. Professor Adjunto de Mestrado e Graduação em Direito da Universidade Católica do Salvador; Pesquisador e Consultor do CNPQ e da FAPESB; Coordenador do NEF – Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas. [aalvesportella@pq.cnpq.br](mailto:aalvesportella@pq.cnpq.br)

## MELHORA NA QUALIDADE DE VIDA E CAPACIDADE FUNCIONAL DE PACIENTES COM LOMBALGIA TRATADOS COM MÉTODO SANTHIFLEX: ESTUDO DE CASOS CLÍNICOS

Fânia da Silva Lima<sup>1</sup>  
Elma Oliveira Santana<sup>2</sup>  
Prof<sup>a</sup> Dra. Olívia Santos Pereira<sup>3</sup>

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), qualidade de vida é a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Já a lombalgia é um motivo muito frequente de hospitalizações e incapacidades para o trabalho, acarretando custos elevados e impactos biopsicossociais negativos. A partir da abordagem proposta pelo método Santhiflex de Reeducação postural psicomotora se colocou em foco a percepção sobre qualidade de vida do grupo com a síndrome dolorosa em questão. Este estudo de caráter descritivo experimental de intervenção teve por objetivo relatar casos de pacientes acometidos por lombalgia e tratados através do método Santhiflex, com um recorte nas repercussões sobre a capacidade funcional e qualidade de vida da sintomatologia. O estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa da UCSal através do Ofício nº 0096/09 de 22/12/2009, e os pacientes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram formados dois grupos, de forma que um recebeu intervenção com o método Santhiflex e o grupo controle recebeu orientações posturais. Os voluntários homens e mulheres entre 30 e 60 anos responderam aos questionários para avaliar Qualidade de Vida através do WHOQOL e para estimar a incapacidade funcional provocada por dor lombar, o questionário *Roland Morris*. Por ter validação comprovada pelo Grupo de Qualidade de Vida da OMS, a versão abreviada, WHOQOL-bref, tem relevância científica para ser um método seguro a ser aplicado numa abordagem metodológica como instrumento de verificação com a finalidade de obter comprovação acerca dos benefícios físico, psicológico, sociais e ambientais de acordo com a percepção da população da amostra. Os questionários foram aplicados na avaliação inicial e na reavaliação, para ambos os grupos. Após a coleta parcial dos dados se observou que 05 pacientes do grupo intervenção informaram melhora em sua qualidade de vida e capacidade funcional, em diferentes níveis, ao se comparar as respostas pré e pós intervenção. A mesma quantidade de componentes do grupo controle apresentaram insatisfação quanto ao aspecto qualidade de vida e interferência da dor lombar nas AVD'S sem melhora na reavaliação final. Portanto, o método Santhiflex de abordagem terapêutica psicossomática com ações preventivas, corretiva, de percepção e consciência corporal trouxe benefícios físicos, psicológicos e de melhora na capacidade funcional do indivíduo acometido pela Síndrome da Dor lombar bem como de uma evolução quanto à satisfação da sua posição no ambiente social.

**Palavras-chave:** Lombalgia; Qualidade de vida; Capacidade funcional.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador, pesquisadora voluntária do estudo método Santhiflex no tratamento de pacientes com dor lombar: estudo de casos clínicos.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador, pesquisadora voluntária do estudo método Santhiflex no tratamento de pacientes com dor lombar: estudo de casos clínicos.

<sup>3</sup> Prof<sup>a</sup> Dra. da Universidade Católica do Salvador, pesquisadora responsável pelo estudo do método Santhiflex no tratamento de pacientes com dor lombar: estudo de casos clínicos.

## MEMÓRIA DO SANTO ANTÔNIO ALÉM DO CARMO: MORADORES X O PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO DO ANTIGO CENTRO

Jetro do Carmo da Luz<sup>1</sup>  
Nelson Baltrusis<sup>2</sup>

O propósito deste artigo é discutir as políticas que foram adotadas pelo governo baiano no que tange ao processo de revitalização do antigo centro a partir do início da década de 90 do século passado e a repercussão desse processo na sociedade e especificamente na realidade cotidiana dos sujeitos que moram nesta região do Carmo e Santo Antônio Além do Carmo. No artigo busco compreender algumas políticas urbanas desenvolvidas nos grandes centros no final do século XIX. Uma das constatações foi a de que, a partir do advento de civilizar, reformar e erradicar as epidemias, frequentes nas grandes cidades do Brasil no período, muitas famílias foram expulsas dos cortiços, que eram moradias coletivas e, portanto, representavam uma ameaça para a sociedade da época. Em seguida, procedeu-se a uma discussão teórica sobre o conceito de centro histórico, antigo centro e cidade central e, por fim, através dos depoimentos orais e análise de notícias e artigos publicados em jornais, discuto os impactos que o processo de revitalização no bairro do Santo Antônio Além do Carmo acarretou para a vida cotidiana dos moradores desse espaço.

**Palavras-chave:** Santo Antônio Além do Carmo, Revitalização, IPAC, Antigo Centro.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de História com Concentração em Patrimônio Cultural da UCSal, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

<sup>2</sup> Professor do Programa *stricto sensu* em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Social da UCSal.

## MÉTODOS SUBSTITUTIVOS À VIVISSECÇÃO ANIMAL

Ilays Chiara de Andrade<sup>1</sup>  
Heron José de Santana Gordilho<sup>2</sup>

A presente pesquisa tem como principal objetivo apresentar métodos substitutivos à prática da Vivissecção animal, desmistificando mitos quanto a sua imprescindibilidade para o avanço científico bem como para fins acadêmicos. O estudo é desenvolvido, mediante estudo de caso do Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela Universidade Federal da Bahia perante a 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente do Estado da Bahia, no Inquérito Civil nº 007/2002. Tanto no meio acadêmico quanto no meio científico é a mentalidade vivisseccionista que impera, para estes a utilização de animais vivos para fins puramente experimentais é normal, entretanto fora do contexto científico suas condutas são absurdamente agressivas, levando muitas vezes ao óbito dos animais. Pontua ainda que a história nos comprova que o uso animal em pesquisas muitas vezes representou um retrocesso científico, posto que os seres humanos não reagem aos experimentos da mesma maneira que os animais. O principal objeto do trabalho é a pesquisa de métodos eficazes à substituição da prática da Vivissecção animal, a partir da exposição do que já é aplicado em muitas universidades do País. Toda a pesquisa é pautada pela ética, partindo sempre da indagação: é justo sacrificar animais em prol de um suposto avanço científico? Finalmente, são analisados os aspectos éticos da Vivissecção a partir das aceções de Peter Singer e Thomas Regan.

**Palavras-chave:** Ética; Vivissecção; Direito Animal.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica UCSal.

<sup>2</sup> Professor do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador.

## O CICLO VITAL DA FAMÍLIA NO BRASIL

Acácia Oliveira Calmon de Passo<sup>1</sup>  
Ada Nícia Nogueira Diógenes Santos<sup>2</sup>

A família veio a constituir-se uma área de estudos da Psicologia, em que ela própria é objeto, muito recentemente, mas tal tema sempre esteve presente em estudos históricos, antropológicos, sociais e psicológicos como referencia para o estudo de crenças, valores, costumes de um povo e pelo seu papel num ambiente de formação das personalidades individuais das novas gerações. Assim o estudo do cotidiano familiar como a realidade das famílias em situação de crise tem vistas à melhoria da qualidade de vida. O psicanalista Pollacks (1956) conceituou a família como um grupo social que passa por várias fases de desenvolvimento. O Ciclo Vital Familiar envolve as varias etapas definidas sob alguns critérios pelos quais as famílias passam da sua constituição em uma geração até a morte dos indivíduos que a iniciaram. Essas fases compreendem desde o casal jovem sem filhos ao casal na terceira idade, passando pelas etapas da idade pré-escolar, escolar, adolescência, emancipação e saída dos filhos da casa dos pais. A fase em que a família fica reduzida novamente ao casal é denominada “ninho vazio”. No entanto, é preciso saber o que acontece entre essas fases, como mudam e em função de que fatores mudam. A pesquisa visa subsidiar tanto a prática profissional junto às famílias como o processo de formação na área. A pesquisa tem como objetivo geral caracterizar o ciclo vital de famílias do extratos médios da população, no Brasil, comparando resultados obtidos em capitais das diferentes regiões do país de norte a sul, leste a oeste. Assim, foram levantadas e analisadas características da estrutura familiar e da dinâmica familiar das diferentes fases do ciclo vital das famílias de cada uma dessas regiões, apontado os valores, costumes e rituais presentes nas famílias. Para, posteriormente, através de análise comparativa das características obtidas em cada região, descrevermos características comuns às famílias no Brasil. É nesta fase em que se encontra o trabalho, parte do análise dos dados coletados através de questionários aplicados aqui em Salvador e região metropolitana. Com esta análise poderemos distinguir características regionais específicas das famílias das diferentes regiões, daquelas que são comuns a mais de uma região, pelo menos.

**Palavras-chave:** Conturbações; Melhoria da qualidade de vida; A família da classe média brasileira.

---

<sup>1</sup> Estudando do VIII semestre do curso de Direito, da Universidade Católica de Salvador, bolsista de iniciação científica da UCSAL

<sup>2</sup> Professora titular da UCSAL, Coordenadora do grupo Pesquisa e Ações junto à Família, orientadora.

## O DESAFIO DE INCLUSÃO LABORAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A LEI DE COTAS

Caroline Silva Bezerra de Deus Senna<sup>1</sup>  
Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima<sup>2</sup>

A luta pela garantia e concretização dos direitos das pessoas com deficiência vem se efetivando, no âmbito internacional, ao longo dos anos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), ao reconhecer o direito à igualdade e à dignidade, propiciou a elaboração de diversos outros documentos de Direito Internacional Público (DIP) para que fossem efetivados os Direitos Humanos (DH) desse grupo social. Assim, o Brasil tornou-se signatário das convenções nº. 111 e 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que versam sobre “Discriminação em matéria de Emprego e Profissão” (OIT/ONU, 1958) e “Reabilitação Profissional e emprego de pessoas deficientes” (OIT/ONU, 1983). No ordenamento brasileiro, a primazia de equiparação de oportunidades se faz possível por meio de políticas inclusivas e não-discriminatórias, respaldadas pelas Normativas Constitucional e infraconstitucional. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), criado em 1930 sob o título “Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” (SUSSEKIND, et al 2000), é um ministério do governo do Brasil cuja competência abrange, entre outras, a formulação de políticas e diretrizes para a geração de emprego, renda e de apoio ao trabalhador e a fiscalização do trabalho. O MTE atrai a regulação do cumprimento da lei de cotas instituída pela Previdência Social, que tem como objetivo a inclusão das PcD no mercado de trabalho. Partindo-se do marco teórico proposto por Romeu Sasaki, o que a lei de cotas institui e, então o MTE vem tentando implementar, não é efetiva inclusão e sim mera integração, em face de o esforço de alocação do empregado que apresenta alguma deficiência estar assentado no órgão regulador e não na própria empresa que o receberá. Nesse espírito, o objetivo deste trabalho é analisar a “lei de cotas”, ou, mais precisamente, a subseção II da seção VI da Lei 8.213/91, buscando identificar elementos que a caracterizem como instrumento facilitador de inclusão ou de integração. O percurso metodológico utilizado parte de uma pesquisa macro, realizada pelo Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família, na linha de pesquisa que estuda os direitos humanos das PcD e se especializa, através dos procedimentos de revisão de literatura e análise normativa, avançando para a análise da proteção desses direitos no âmbito laboral. Inferiu-se que a lei de cotas se limita a indicar as cotas a serem preenchidas pelas PcD, mas não avança no sentido de prever que as empresas tenham que se adequar para receber as PcD, em conformidade com o novo conceito de Deficiência incorporado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Conclui-se que, ao divulgarem vagas para PcD, as empresas estabelecem uma série de restrições que se revelam impeditivas ao acesso real das PcD ao mercado de trabalho. Constitui-se, a partir do cumprimento forçado da lei de cotas, a integração indicada na obra de Sasaki, que não se confunde com a noção inclusiva de equiparação de oportunidades e promoção de equidade.

**Palavras-chave:** Inclusão; Lei de cotas; Deficiência; Trabalho.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador. Voluntária do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. Autora. E-mail: [caroline\\_dedeus@yahoo.com.br](mailto:caroline_dedeus@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Doutora em Saúde Pública. Professora-pesquisadora e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família da Universidade Católica do Salvador. Orientadora. E-mail: [isabelmsol@gmail.com](mailto:isabelmsol@gmail.com)

## O DIREITO SOCIAL À SAÚDE E O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL

Layanna Piáu Vasconcelos<sup>1</sup>  
Dirley da Cunha Jr.<sup>2</sup>

Conforme exposto no plano de trabalho originalmente apresentado, o projeto de pesquisa empreendido pela bolsista objetivou investigar o direito social à saúde, posto na Constituição Federal como um dever do Estado, avaliando, à luz da teoria da força normativa da Constituição, qual a eficácia que lhe pode ser conferida. Além disso, a pesquisa teve também por objetivo específico investigar o conflito que pode surgir entre o direito social à saúde e o chamado princípio da reserva do possível, que está assentado sobre a premissa de que são escassos os recursos para o pleno atendimento das necessidades sociais, inclusive na área da saúde. Nesse ponto, coube discutir a legitimidade das denominadas “escolhas trágicas” a que se submete o gestor ou o Poder Judiciário quando se depara com a necessidade de alocar esses recursos escassos para o atendimento das necessidades individuais e coletivas na área da saúde. Ao final da pesquisa, concluiu-se pela necessidade da adoção de parâmetros que levem à concretização da “justiça distributiva sanitária”, proporcionando a efetivação igualitária do direito social à saúde. Durante a execução do trabalho, foi analisado o conflito existente entre as necessidades individuais ou coletivas na área da saúde e o dever do Estado de, mesmo com recursos escassos, gerir satisfatoriamente as necessidades individuais e coletivas tanto na área da saúde como em outras áreas. Como resultado específico, a pesquisa desenvolvida pela bolsista proporcionou uma maior capacidade de compreensão não só do direito sanitário, como principalmente da teoria dos direitos fundamentais e dos mecanismos de ponderação e de aplicação concreta desses direitos. Para alcançar os objetivos propostos no plano de trabalho inicialmente apresentado, foi realizada pesquisa bibliográfica (consulta a doutrina, nacional e estrangeira, literatura especializada, todas encontradas em acervos públicos e privados), consulta jurisprudencial (repertórios autorizados e internet), consulta a especialistas que já cuidaram do tema ou de assuntos correlatos. Foi necessário consultar, do mesmo modo, a legislação nacional, vigente e revogada. Sendo eminentemente teórico o projeto de pesquisa apresentado pela estudante, buscaram-se subsídios, por meio da catalogação e do fichamento da bibliografia utilizada, para a elaboração de artigo científico sobre o tema proposto.

**Palavras-chave:** Direitos fundamentais sociais; Direito social à saúde; Justiça distributiva; Princípio da reserva do possível.

---

<sup>1</sup> Estudante de graduação do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

<sup>2</sup> Orientador do “Núcleo de pesquisa em processo constitucional e direitos fundamentais”, vinculado à Universidade Católica do Salvador e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

## O EDUCANDÁRIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS COMO CENTRO EDUCACIONAL DA ELITE FEMININA BAIANA ENTRE 1890 – 1936

Simone Maria Ramalho<sup>1</sup>  
Maria José de Souza Andrade<sup>2</sup>

O mito da reclusão das mulheres de elite no Brasil, que para muitos se estende do período colonial até as primeiras décadas do século XX, foi bastante explorado pela tradicional historiografia. Entretanto, o papel feminino nas práticas cotidianas em diversos contextos sociais não foi homogêneo e sofreu diversas transformações no tempo. A educação da elite feminina no Brasil colonial ficou restrita aos cuidados da família e do lar, a instrução estava reservada ao sexo masculino. A mulher de elite casava-se cedo, as alianças matrimoniais eram acordos que visavam principalmente riqueza e prestígio. Outras mulheres ingressavam nos conventos de freiras ou recolhimentos, nesses locais elas passaram a ser educadas. O Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões foi fundado em 1723, e sua missão era religiosa e educativa, recebendo moças como recolhidas e educandas. O discurso do pós independência retratava a necessidade de construir uma imagem do país que o desvinculasse do seu passado colonial. Atendendo a essa expectativa, em 1827 aprovou-se a lei que instituiu “escolas de primeiras letras” no país. As Escolas Normais que começaram a aparecer em maior número em 1860 eram uma alternativa às mulheres em busca de profissão. Com raras exceções, as escolas para meninas enfatizavam seus papéis domésticos. Após a Proclamação da República o discurso sobre a importância da educação na modernização do país impulsionou o acesso das mulheres às escolas e aos espaços públicos. Na esteira desses acontecimentos, inicia-se em março de 1890 a edificação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, anexo ao Recolhimento dos Perdões. É possível perceber-se que no Educandário continuava a se reproduzir, através da instrução das alunas, a ênfase ao papel doméstico da mulher. A partir dessa contextualização pretendemos estudar os ideais educacionais do Educandário do Sagrado Coração de Jesus, buscando questionar se a educação feminina desenvolvida nessa instituição no início do século XX contribuiu para a formação de um modelo de mulher específico para atender aos interesses sociais do momento. Para a realização dessa pesquisa utilizaremos fontes diversificadas que incluem documentação oficial e particular, além de jornais e revistas editados no período. Daremos também continuidade ao estudo da bibliografia selecionada que trata do tema.

**Palavras-chave:** Educação; Mulher; Religião.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela UCSAL e bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UCSAL

<sup>2</sup> Orientadora da pesquisa vinculada ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UCSAL e Professora da Universidade Católica do Salvador

## O MÉTODO SANTHIFLEX NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM DOR LOMBAR: ESTUDO DE CASOS CLÍNICOS

Ana Maria Dantas dos Santos<sup>1</sup>  
Luis Claudio Gonçalves Santana<sup>2</sup>  
Suzana Souza Moreira de Almeida<sup>3</sup>  
Olívia Santos Pereira<sup>4</sup>

Por acometer 80% da população mundial adulta a dor lombar crônica requer um tratamento eficaz e, neste sentido, o método Santhiflex se apresenta como uma alternativa inovadora. Baseado nos princípios cinesiologicos que norteiam a compreensão do corpo humano, se trata de uma reeducação postural que considera os aspectos psicomotores e bionergéticos do ser. Seu protocolo inclui exercícios ativos assistidos, estáticos e dinâmicos, técnicas respiratórias e de liberação miofascial, além da harmonização corpomental. Se difere das demais técnicas pela visão integral do ser, visto não apenas como portador de uma doença, mas, como unidade psicofísica. Assim, com o objetivo de relatar casos de pacientes acometidos por lombalgia e tratados com o método Santhiflex, se organizou este estudo de intervenção, aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa da UCSal através do Ofício nº 0096/09 de 22/12/2009, no qual os pacientes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os voluntários, homens e mulheres entre 30 e 60 anos de idade, compuseram dois grupos. O grupo tratado com o método Santhiflex e o segundo que recebeu orientação postural. Todos os indivíduos foram submetidos a uma avaliação inicial onde se colheu anamnese e se observou as alterações posturais. Em seguida, se aplicou a escala visual analógica da dor, EVA, os questionários WHOQOL-bref, e *Roland Morris*, que avalia a qualidade de vida e incapacidade resultante da dor lombar, respectivamente. Aplicou-se também o *Teste Bonheur*, que avalia a imagem corporal. No exame físico, que se realizou na posição ortostática e em seqüências dinâmicas, cada individuo se colocava diante do simétrógrafo e atrás do fio de prumo, nos planos frontal, perfil e posterior, com registros realizados com câmara fotográfica digital, fixada sobre tripé a 2,22cm de distancia. Nos indivíduos com limitação da flexão do quadril se quantificou através do *goniômetro universal*. As intervenções, distribuídas em doze encontros de 50 minutos cada, 2 vezes semanal, foram realizadas por fisioterapeutas capacitados no método Santhiflex, sob supervisão. Ao final do tratamento se reavaliou cada paciente. Os resultados parciais indicaram que dos 12 voluntários que iniciaram tratamento, houve 2 desistências, 5 continuam em acompanhamento e dos 5 que já concluíram todos apresentaram melhora da dor, da funcionalidade, da qualidade de vida e da amplitude de movimento. Os resultados parciais obtidos indicam que o grupo sob intervenção com o método santhiflex apresentou melhora da dor lombar e de suas repercussões físicas, psíquicas e sociais no indivíduo, em diferentes níveis, comparados ao grupo controle, o que indica eficácia deste método.

**Palavras-chave:** Santhiflex; Dor Lombar; Reeducação postural.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador, pesquisadora voluntária

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador, pesquisador voluntário.

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador, pesquisadora voluntária.

<sup>4</sup> Profª Dra. da Universidade Católica do Salvador.

## O OLHAR DE MÃES SOBRE O CUIDADO COTIDIANO DE FILHOS PEQUENOS<sup>1</sup>

Mario Jorge Carneiro Duarte Bonfim<sup>2</sup>

Giancarlo Petrini<sup>3</sup>

Lúcia Vaz de Campos Moreira<sup>4</sup>

O objetivo geral do estudo em proposição é contribuir para uma reflexão interdisciplinar sobre paternidade e maternidade, acessando debates sobre gênero e sentidos de feminilidade e masculinidade no contexto contemporâneo, sobre o processo de reconstrução da figura paterna, tal como se reflete na vida cotidiana da família, pensada como agente primário de cuidado, de socialização e de aculturação, de preservação ou de transformação de valores, de relações e de lugares sociais e também de contradições e violências. Para atingir os objetivos foram entrevistados, em separado, 150 casais residentes em Salvador: metade com nível sócio-educacional (NSE) médio alto e a outra metade com NSE baixo. Foi utilizado roteiro estruturado investigando o cuidado do(a) filho(a) caçula no período em que ele(ela) usava fraldas. Serão apresentados os resultados parciais obtidos somente com as mulheres. Constatou-se que: 38,7% das participantes afirmam que moram quatro pessoas na casa e 32,0% que moram três; 66,7% acham que o chefe da família é o marido e 29% consideram chefia compartilhada; 73,3% são casadas no civil e/ou religioso; há uma média de 1,81 filhos por casal; 90,0% estão no primeiro casamento. Sobre o cuidado do filho: 90,7% das mães amamentaram suas crianças; consideraram que o filho possuía, em média, 3,5 cuidadores. As mães gastam, em média, 8:28h. por dia no cuidado do(a) filho(a) e são quem mais frequentemente cuidam dele(a) tanto de dia (56,7%) quanto à noite (76,0%). Apesar disso, 24,0% delas acreditam que deveriam participar mais dos cuidados dos filhos. Elas se consideram as principais cuidadoras de suas crianças (73,3%); o marido é visto como cuidador complementar (59,3%). Concebem-no como o principal provedor (69,9%), afirmando serem elas as provedoras complementares (57,3%). O estudo revela, ainda, que 85,3% dos filhos caçulas que usam fraldas não frequentam creches.

**Palavras-chave:** Cuidado; Família; Mãe; Pai.

<sup>1</sup> Resultados parciais do projeto de pesquisa “Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos” desenvolvido pelo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal). Apoio CNPq.

<sup>2</sup> Graduando do curso de História da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

<sup>3</sup> Orientador. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal).

<sup>4</sup> Co-orientadora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal).

## O OLHAR DE PAIS SOBRE O CUIDADO COTIDIANO DE FILHOS PEQUENOS<sup>1</sup>

Edilene Conceição de Santana<sup>2</sup>  
Lúcia Vaz de Campos Moreira<sup>3</sup>

O estudo tem por objetivo contribuir para uma reflexão interdisciplinar sobre paternidade e maternidade, acessando debates sobre gênero e sentidos de feminilidade e masculinidade no contexto contemporâneo, sobre o processo de reconstrução da figura paterna, tal como se reflete na vida cotidiana da família, pensada como agente primário de cuidado, de socialização e de aculturação, de preservação ou de transformação de valores, de relações e de lugares sociais e também de contradições e violências. Para atingir tal objetivo foram entrevistados, em separado, 150 casais residentes em Salvador: metade com nível sócio-educacional (NSE) médio alto e a outra metade com NSE baixo. Foi utilizado roteiro estruturado investigando o cuidado do(a) filho(a) caçula no período em que ele(ela) usava fraldas. Serão apresentados os resultados parciais obtidos somente com os homens. Constatou-se que: 38,7% dos participantes afirmam que moram quatro pessoas na casa e 32,0% que moram três; 63,3% acham que o chefe da família é ele mesmo e 27,3% consideram que a chefia é compartilhada entre ele e a mulher; 73,3% são casados no civil e/ou religioso; há uma média de 1,81 filhos por casal; 87,3% estão no primeiro casamento. Sobre o cuidado do filho: afirmaram que este possuía, em média, 3,37 cuidadores; 54% dos pais afirmam gastar de três a seis horas por dia no cuidado dos filhos. Apesar disso, 50,4% deles avaliam que deveriam participar mais de tais cuidados; 69,3% consideram que suas mulheres são as principais cuidadoras de suas crianças e 70% se considera como cuidador complementar. Concebem-se como o principal provedor (70,0%), considerando as mulheres como provedoras complementares (57,3%). O estudo revela, ainda, que 86,0% dos filhos caçulas que usam fraldas não frequentam creches.

**Palavras-chave:** Cuidado; Família; Mãe; Pai.

---

<sup>1</sup> Resultados parciais do projeto de pesquisa “Gênero e família em mudança: participação de pais no cuidado cotidiano de filhos pequenos” desenvolvido pelo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal). Apoio CNPq.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da UCSal. Bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

<sup>3</sup> Orientadora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal).

## OS CONSELHOS DE DEFESA DE DIREITOS DA MULHER E SUA IMPORTÂNCIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE GÊNERO NA BAHIA

Danielle Rodrigues Fonseca<sup>1</sup>  
Márcia Santana Tavares<sup>2</sup>

Este trabalho aborda as ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal da Mulher e pelo Conselho Estadual de Defesa de Direitos da Mulher, de forma a compreender sua importância para o desenvolvimento de políticas de gênero no estado da Bahia. Busca-se, portanto, identificar, sistematizar e analisar as ações implementadas pelo Conselho Municipal de Salvador e pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado da Bahia, a partir de 2003. A pesquisa, de natureza bibliográfica, foi realizada mediante levantamento de documentos, tais como planos, atas de reunião e relatórios de gestão entre outros. Constatou-se o enfraquecimento dos Conselhos enquanto instâncias representativas das demandas das mulheres, uma vez que as reuniões do órgão são esparsas, a documentação não ilustra a execução de atividades relevantes para a implementação das políticas de gênero e, há uma incompatibilidade entre conselheiros e o órgão gestor de políticas de gênero. Por fim, conclui-se que os Conselhos não vêm exercendo o papel deliberativo, fiscalizador e de controle social a que se destinam.

**Palavras-chave:** Políticas Sociais, Gênero, Conselhos de Direitos.

---

<sup>1</sup> Aluna do 8º período do Curso de Serviço Social da UCSal, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB e membro do Grupo de Pesquisa, Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais – GAPPS. Email: drfonseca\_@hotmail.com. Co-autora.

<sup>2</sup> Dra. em Ciências Sociais pela UFBA; Professora Pesquisadora do Mestrado Políticas Sociais e Cidadania da UCSal e membro do Grupo de Pesquisa, Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais – GAPPS. Email: marciatavares1@gmail.com. Orientadora.

## PDDU E O MERCADO IMOBILIÁRIO INFORMAL NO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO

Rafael Ghattas<sup>1</sup>  
Nelson Baltrusis<sup>2</sup>

A fase de elaboração e de revisão do plano diretor de um município é o instante em que o poder público, aliado à sociedade civil, propõe metas para a estruturação urbana e desenvolvimento espacial da cidade. Nesse sentido, avalia-se o impacto da legislação urbanística no mercado imobiliário informal na cidade de Salvador, mais especificamente no bairro do Engenho Velho da Federação. A metodologia do trabalho consiste na aplicação de questionário de compra e venda de imóveis, traçando o perfil social da região, e a avaliação da própria comunidade em relação à infraestrutura urbana do local onde residem.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Urbano; Imobiliário; Informal.

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Direito da UCSal. Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Católica do Salvador – UCSal.

<sup>2</sup> Orientador do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Municipal do Mestrado em Planejamento Urbano e Territorial da Universidade Católica do Salvador - UCSal. Professor-pesquisador da UCSal.

## PERFIL DAS POLÍTICAS VOLTADAS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL

Jocilene Moreira Nogueira<sup>1</sup>  
Ângela Maria Carvalho Borges<sup>2</sup>

O objetivo do projeto de pesquisa acima enunciado, foi analisar de forma crítica os principais programas e políticas federais direcionados para a geração de trabalho, emprego e renda brasileiro. Desse modo, na primeira fase foi realizada uma revisão teórica sobre as características do mercado de trabalho, foram discutidos estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro, além da análise das informações e dados disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego sobre tais políticas no âmbito federal. Assim, verificamos como se estrutura o Mercado de Trabalho brasileiro, os mecanismos de financiamento de tais políticas e os recursos humanos e institucionais envolvidos. Percebemos que tais políticas, não priorizam o atendimento das demandas de mão-de-obra, sendo importante que haja uma integração dos programas específicos dessa política pública com a política macro-econômica no sentido de direcionar os programas e recursos para políticas voltadas para dinamização do Mercado de Trabalho. Tais políticas adquirem uma considerável importância, haja vista que constituem ferramentas para atender às necessidades das demandas da população, em termos de uma resposta emergencial e compensatória para enfrentar o desemprego, inserção ou reinserção no Mercado de Trabalho, além de ser um meio de subsistência, pois também podem contribuir para a geração de renda, mesmo que de forma provisória. Hoje, as principais Políticas são o Seguro- Desemprego, o PROGER, a Qualificação Profissional e Intermediação de Mão de Obra. Em geral, tendo como base o crédito, a assistência técnica e a Capacitação Profissional. A leitura e discussão de artigos referentes a Questão Social também trouxeram subsídios para a análise de tais políticas e mostram a importância de considerar se elas realmente chegam as classes menos favorecidas e como chegam. Quanto a este ponto, constatou-se a carência de informações acessíveis que permitam melhor caracterizar o grau de cobertura dessas políticas e os segmentos beneficiados e excluídos. Na etapa final da pesquisa, ainda em curso, está sendo realizado um levantamento sobre o Sistema Nacional de Emprego – SINE da Bahia. Os primeiros dados mostram que houve um crescimento do número de atendidos pelos programas enunciados. Os resultados das políticas confirmam sua efetividade social, a fim de fortalecer a probabilidade de acesso e permanência do trabalhador no mundo do trabalho, e constituir garantias dignas de vida.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho; Emprego; Políticas; Renda.

---

<sup>1</sup> Graduando em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador. 5º semestre. Bolsista de Iniciação Científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos do Trabalho (NET)

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais, pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. Líder do Núcleo de Estudos do Trabalho – NET e professora do Mestrado em Políticas Sociais e cidadania da Universidade Católica do Salvador.

## PREVALÊNCIA DE CLAUDICAÇÃO INTERMITENTE EM POPULAÇÃO IDOSA ADSCRITA AO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

Mirella Souza Barros<sup>1</sup>  
Joana América Santos de Oliveira<sup>2</sup>

A claudicação intermitente é o principal sintoma da doença arterial obstrutiva periférica (DAOP) e resulta da redução do aporte de fluxo sanguíneo para o sistema musculoesquelético, principalmente de membros inferiores, durante o exercício. Objetivou-se determinar a prevalência de claudicação intermitente em idosos segundo sexo e faixa etária. Foi realizado um estudo de corte transversal, de base populacional, com integrantes do Projeto DCNT em População Idosa, de ambos os sexos, com idade maior ou igual a 60 anos, residentes em áreas adscritas a Estratégia de Saúde da Família do município de Lauro de Freitas-Bahia. A coleta de dados foi realizada no período de julho de 2008 a abril de 2009, utilizando como instrumento um formulário digital e multidimensional, contendo um questionário padronizado da OMS para claudicação intermitente, sendo esta, definida como provável, a partir do relato de dor na panturrilha ao caminhar, não associada a estar de pé ou sentando, com duração de até 10 minutos, desaparecendo com a redução ou interrupção da marcha. O banco de dados foi criado no Excel (versão 2003) e analisado no software R (versão 2.11.0). Foi feita uma análise descritiva com a finalidade de identificar as características gerais e específicas da amostra estudada. A análise da associação entre as variáveis nominais e a claudicação foi realizada com o teste Qui-quadrado e Exato de Fisher. Foram considerados como estatisticamente significantes associações com valor de  $p < 0,05$ . Participaram das entrevistas 1052 idosos. A média de idade foi de  $70,44 \pm 7,88$  anos, sendo predominantes: idosos na faixa etária de 60-69 anos (53,7%), do sexo feminino (67,2%), não brancos (90,1%), solteiros(a), separados(a) ou viúvos(a) (59,6%), com renda de até um salário mínimo (78,2%), de baixa escolaridade (92,7%) e naturais de outras cidades ou país (64,2%). Destes idosos estudados, 20,7% referiram que já tiveram dor no peito quando subiu uma ladeira, 9,0% serem fumantes de cigarro e 24,2% serem ex-fumantes. A claudicação intermitente provável estava presente em 30 (2,9%) dos idosos da análise, sendo que desses, 11 (3,2%) eram homens e 19 (2,7%) mulheres, não sendo significativa esta associação ( $p=0,647$ ). Também não houve associação entre claudicação e idade ( $p=0,679$ ), onde 15 (2,7%) estavam na faixa etária entre 60 a 69 anos e 15 (3,1%) tinham 70 anos ou mais. Conclui-se que a prevalência da claudicação intermitente provável, utilizando o questionário da OMS, apresenta semelhança à descrita na literatura. Novos estudos são necessários para um melhor delineamento deste problema na população idosa.

**Palavras-chave:** Claudicação intermitente; Doença arterial obstrutiva periférica; Idosos.

<sup>1</sup> Graduada do Curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador – UCSal, bolsista de iniciação científica pela UCSal.

<sup>2</sup> Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Professora Titular do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador – UCSal. Coordenadora e Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Envelhecimento – NEPE/UCSal.

## PROBLEMATIZAÇÃO ACERCA DA RAÇA COMO CRITÉRIO DE JUSTIÇA SOCIAL: À GUIA DAS COTAS INSTITUCIONAIS

Iracema Spinola das Neves<sup>1</sup>  
José E. Xavier de Menezes<sup>2</sup>

O objetivo desta pesquisa é trazer à discussão o tema das cotas pelo critério da raça e as conseqüências nefastas que podem advir da adoção de tal procedimento, o estudo não visa tomar posição contra o critério de divisão das vagas nas Universidades Públicas por cotas e sim, trazer ao debate a escolha da raça como fator de seleção, e tentar com a mesma mostrar que o critério pela condição social atende ao objetivo proposto sem ser prejudicial para a harmonia racial que almejamos no Brasil. O que me levou a fazer esta pesquisa foi também o fato de que o questionamento feito sobre as cotas é, na maioria das vezes equivocado, pois, quando o mesmo é feito, aborda-se simplesmente o termo cotas, e ser contra, poderia soar como um contra senso, já que as cotas são positivas como elemento de justiça social. O que merece reflexão é a adoção da raça como critério para a seleção. Mesmo em se tratando das cotas pelo parâmetro do poder aquisitivo, o negro deve lutar pelo respeito à sua dignidade e estar atento para não alimentar ideologias que levem a reforçar preconceitos, como o de que o mesmo tem potencial intelectual inferior ao do branco, pois o que falta em verdade é ensino básico de qualidade, haja vista que os negros hipersuficientes não necessitam de cotas raciais para ingressar na Universidade. Os cidadãos carentes sejam negros, pardos ou brancos devem lutar pelo respeito e pela justiça social, para não alimentar a subjetivação em lugar do seu crescimento intelectual e moral. Sustentar a importância da dialética no debate sobre o tema, confrontando variados pontos de vista, para a compreensão do exercício da cidadania independente da cor da pele. Este estudo é realizado através de um campo analítico-conceitual de analistas sociais, tendo como balizador o tema subjetivação abordado na obra de Michel Foucault. Sendo assim, este projeto propõe analisar a materialização do discurso auto afirmativo que reivindica a dialética de auto afirmação em cenário no qual viceja o racismo. Busca dar destaque à noção de raça como elemento de subjetivação, incorporando neste debate elementos críticos advindos da fonte primária para melhor compreender a raça como critério utilizado em políticas públicas numa sociedade plurirracial e multicultural como a brasileira. Realizar uma pesquisa de natureza bibliográfica sobre o tema da raça para auferir se esse elemento conceitual pode ser legitimado como critério validador de políticas públicas nele cimentados, a exemplo das cotas de entrada na universidade.

**Palavras - chave:** Racismo; Cotas; Justiça Social.

---

<sup>1</sup> Bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da FAPESB, graduanda do curso de Direito da UCSal.

<sup>2</sup> Orientador, professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Família na Sociedade Contemporânea da UCSal.

## RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA NO TERRITÓRIO KAIMBÉ, SEMIÁRIDO BAIANO

Alberto José Santana Filho<sup>1</sup>  
Jorge Luis Zegarra Tarqui<sup>2</sup>

Inserido pelo bioma caatinga e naturalmente pertencente ao clima semiárido, o território Kaimbé localizado a 30 km da sede municipal de Euclides da Cunha, foi apontado em 2008 no Plano de Ação Nacional (PAN), como área susceptível à desertificação, que se classifica como “a degradação de terras nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas do planeta”. Neste contexto o objetivo do nosso trabalho é propor para uma área considerada degradada pelos moradores e atestada sua improdutividade pelos técnicos desta pesquisa, um plano de recuperação de área degradada (PRAD), específico para o bioma caatinga e baseada nos princípios metodológicos mais eficazes para este cenário. O método consistirá na indicação de algumas espécies vegetais adaptadas ao bioma local e de características que possam recuperar a área em todos os aspectos, a exemplo de leguminosas, frutíferas e forrageiras, com a pretensão que o ambiente não necessite de posteriores intervenções. Constarão também todas as especificações necessárias como tamanho das covas e das mudas assim como estaremos inserindo neste PRAD, a prática de educação ambiental para que possamos sugerir o manejo e estimular o monitoramento da área por parte dos próprios moradores (índios Kaimbé), pautado nos princípios ecológicos da sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Degradação; Território Kaimbé; PRAD; Sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Geografia da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

<sup>2</sup> Professor assistente da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

## REPOVOAMENTO DO BRASIL NO SÉCULO XVIII, O PROJETO POMBALINO: MAPEAMENTO

Iury Alves Rodrigues<sup>1</sup>  
Maria Helena Ochi Flexor<sup>2</sup>

Trata-se do mapeamento das povoações e vilas do território brasileiro surgidas no século XVIII, mais precisamente no período de 1750 a 1777, durante o reinado de D. José I. Para a elaboração do trabalho de mapeamento foi necessário reunir uma série de informações a respeito dos acontecimentos, ocorridos na época do Governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal. Essa busca de informações visou procurar vestígios históricos que dessem subsídios a respeito do repovoamento no território brasileiro, sobretudo, da criação das vilas e lugares que surgiram, sobretudo, nos antigos povoados dos religiosos, especialmente dos jesuítas, antes e depois de sua expulsão. O termo repovoamento é usado em função das tentativas anteriores, ocorridas desde o século XVI, com a introdução de degredados, órfãos e povoadores voluntários. Para a elaboração do mapa, montada uma cronologia, de cujo levantamento participaram vários estudantes PIBIC, levantando os principais acontecimentos históricos do Brasil e da Metrópole portuguesa durante o reinado de D. José I e, especialmente, designações e tipos de povoadores das novas vilas, criadas em várias partes do território do Brasil. Os dados cronológicos foram feitos em bibliografia específica, recomendada pela Orientadora. Assim consultou-se a “tese” de Mestrado de Maria Isabel da Silva Reis Vieira Rodrigues, intitulada *O Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Grão-Pará e Maranhão (1751–1759)*, 1997. Além disso, foi consultada a obra, realizada por PIBICs de História da USP, Andréa SLEMIAN et al., 1994, denominada *Cronologia de História do Brasil Colonial (1500-1831)*. Foram, ainda, consultados diversos volumes da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1958, Rio de Janeiro, onde se encontrou várias referências sobre as vilas criadas no período apontado acima. Nem todos os volumes dessa coleção foram consultados.

---

<sup>1</sup> Aluno de graduação do Curso de Geografia da UCSal. Bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

<sup>2</sup> Professora do Mestrado Acadêmico em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da UCSal

## SABERES E FAZERES: MODOS DE VIDA DE TRABALHO EM SALVADOR DE 1960-1980

Eneida Virginia de Oliveira Santos<sup>1</sup>  
Vilma Maria do Nascimento<sup>2</sup>

Esse estudo se insere no trabalho mais abrangente intitulado “O cotidiano do Centro Histórico de Salvador”, desenvolvido por um grupo de pesquisa da UCSal - Poder, cultura e memória - o qual possui como eixo fundamental a preocupação com os modos de constituição da vida urbana da cidade de Salvador. Este artigo, por tanto, se propõe a subsidiar essa preocupação central com a investigação dos saberes populares e estratégias de sobrevivência elaboradas pelos habitantes de Salvador frente ao desemprego crônico que dá marca à cidade no período compreendido entre 1960 e 1980.

**Palavras-chave:** Cotidiano; História oral; História visual.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura e Bacharelado em História UCSal, bolsista de iniciação científica pela UCSal, e-mail: sulega2@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Orientadora Profª Drª em História; docente do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas UCSal; coordenadora do grupo de pesquisa: Poder, cultura e memória. e-mail: vilmanas@bol.com.br

## SEGURO-DESEMPREGO NO BRASIL

Fernanda de Assis Gutierrez<sup>1</sup>  
Angela Carvalho Borges<sup>2</sup>

Os indicadores apontam para um aumento generalizado do desemprego e do subemprego no Brasil e no mundo, a partir do final da década de 1980, tornando incontestável a imprescindibilidade de uma política pública consistente e eficaz que ampare a parcela da sociedade que está em uma posição vulnerável no mercado de trabalho. O aumento do desemprego estrutural nas sociedades de economia capitalista produziu uma distribuição desigual entre a mão-de-obra disponível e demanda pela força de trabalho. Ademais, existe um desequilíbrio na distribuição dos riscos no mercado de trabalho. À vista disso, ambos os pólos da relação de trabalho, compradores e vendedores da força de trabalho, empregam estratégias racionais como um mecanismo de sobrevivência dentro do mercado de trabalho. Os meios utilizados variam a depender do setor em que atuam, porquanto os riscos estão diretamente ligados não só ao pólo ao qual pertencem na relação, mas como também à sua área de atuação.

As estratégias racionais utilizadas pelos trabalhadores e compradores de trabalho são desiguais, uma vez que os primeiros se encontram em sobremaneira desvantagem devido a sua posição vulnerável. O modo de produção capitalista aniquilou as possibilidades de independência econômica, isto é, impossibilitou que o ofertante da força de trabalho usufruísse de mecanismos próprios de subsistência na falta da demanda. Por corolário, os trabalhadores passaram a se submeter a qualquer espécie de trabalho em troca de qualquer salário. É nesse contexto que uma política social e trabalhista eficaz se faz relevante. Somente com a instituição de um Programa de Seguro-Desemprego organizado e eficiente possibilitaria aos trabalhadores desempregados uma espera “estratégica e racional” por uma melhor oportunidade de trabalho. Hodiernamente, no Brasil, o Programa do Seguro-Desemprego consiste em um benefício da seguridade social, garantido na Constituição Federal, em seu art. 7º. Tem por finalidade promover a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, a auxiliá-lo na manutenção e busca de emprego, mediante ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. Enfim, o seguro-desemprego contempla: ações de pagamento do benefício; apoio operacional ao pagamento deste benefício; intermediação da mão-de-obra (SINE); qualificação profissional e geração de informações sobre o mercado de trabalho e apoio operacional ao programa de geração de emprego e renda. Em última análise, a ausência de políticas públicas consistentes que amparem este pólo fragilizado motiva fenômenos como a emigração e urbanização, saída encontrada por uma parte daqueles que não são assistidos pelo Estado, eleva os níveis de desemprego com exposição dos mais vulneráveis a riscos sociais, como é o caso dos jovens que não conseguem se inserir no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Seguro-desemprego; benefício.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador; bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

<sup>2</sup> Professora adjunta da Universidade Católica do Salvador; professora e coordenadora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, professora da Escola de Serviço Social e pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET). Orientadora.

## TROCAS SIMBÓLICAS, SOCIALIZAÇÕES E RELAÇÕES INTERGERACIONAIS NA FAMÍLIA<sup>1</sup>

Dário Vinícius Coelho Barbosa<sup>2</sup>  
Lúcia Vaz de Campos Moreira<sup>3</sup>

A sociedade contemporânea caracteriza-se por mudanças. As transformações, concentradas e aceleradas, repercutem significativamente na vida familiar, desde a forma de compreender a paternidade e a maternidade, a relação entre as gerações e, principalmente, no tocante às formas de socialização das novas gerações. Assim, o presente estudo tem como objetivo identificar as concepções de família e de seus respectivos membros presentes em três gerações (avós, pais e filhos) da mesma família. Para atingir esse objetivo foram entrevistadas 60 pessoas que foram subdivididas entre homens e mulheres, nível sócio-educacional médio/alto e baixo e três gerações que residiam em Salvador (Ba). Para tanto, construiu-se roteiros semi-estruturados que foram analisados utilizando o programa estatístico SPSS. Os principais resultados apontam para a concepção de família extensa, mas moradia nuclear ou monoparental. A família é vista como a base da pessoa. Sobre os papéis familiares, tanto o pai como a mãe cuidam, o irmão é amigo/faz companhia, tanto o avô quanto a avó são vistos como segundo pai/mãe e agradam seus netos. O filho deve respeitar hierarquia, o neto significa realização/satisfação. Tanto o marido quanto a mulher são vistos como aqueles que fazem companhia, que compartilham a vida com o(a) cônjuge.

**Palavras-chave:** Família; Pai; Mãe; Irmãos; Netos; Cônjuges.

---

<sup>1</sup> Estudo desenvolvido pelo grupo de Pesquisa “Família em Mudança” do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal). Apoio FAPESB.

<sup>2</sup> Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, bolsista em Iniciação Científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

<sup>3</sup> Orientadora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal).